

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal diz que "não volta atrás" em cerco a sites asiáticos..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arcabouço fiscal chega hoje ao Congresso com mudanças..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Déficit zerado em 2024 depende de R\$ 155 bi em receitas incertas..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Norma vai fazer lei sobre taxação valer, diz Receita..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita pode arrecadar milhões com venda de criptoativos por corretoras estrangeiras
..... 10

VALOR ONLINE - NOTICIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Negociações de dívidas com a Receita Federal precisam incluir a PGFN..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Políticas públicas ficam comprometidas sem aprovação do arcabouço, diz Tebet..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

BC vai agir quando tiver conforto de que inflação caminha para meta..... 16

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência para autistas (Artigo)..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com ajuda de empresários, Lula quer trocar Bolsa Família por novos CNPJs - CAPITAL S/A
..... 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como a desindustrialização afeta nossa economia (Artigo)..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica tenta "blindar" regras que vão orientar nova âncora..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo vai taxar lucro de sites de aposta em 15%; ganhador deve pagar 30%..... 26

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alguém pagará mais - CARLOS ANDREAZZA..... 27

Terça-Feira, 18 de Abril de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Sem arcabouço, só há recurso para o básico 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Aumento real do mínimo 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

O papel do Brasil na política global (Editorial) 31

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

A hora e a vez de Ricardo Nunes - RAUL VELLOSO 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

FGV lança índice de inflação para acompanhar mudanças em hábitos de consumo das famílias
..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

STF julga se correção do FGTS de 3% mais TR é constitucional 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Brasil corre risco de ficar estagnado (Editorial) 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado reduz previsão para juro de 2023 pela 1ª vez em um ano e meio 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Tebet: não há a menor chance de Lula não reajustar o piso 40

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Crescimento global virá da China, Índia e EUA, aponta FMI 41

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Nova âncora fiscal (Artigo) 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar se alinha ao exterior e sobe enquanto mercado espera arcabouço 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Elogio à política monetária brasileira 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Projeção de Selic para 2023 recua no Focus 46

Receita Federal diz que "não volta atrás" em cerco a sites asiáticos

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Em defesa do combate ao "contrabando digital", o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse ontem que o Ministério da Fazenda não deve recuar em fazer com que as empresas do comércio eletrônico paguem o imposto devido.

O governo Lula fechou o cerco a varejistas asiáticas como a Shein, que estariam burlando a tributação ao usar como brecha a isenção fiscal sobre compras internacionais entre pessoas físicas no valor de até US\$ 50.

"Não vamos voltar atrás. Há tributação, e não é efetivada.

Tomaremos medidas para tornar eficiente a tributação que já existe", disse. O secretário não tratou do fim da isenção para o envio de encomenda de pessoa física para pessoa física de até US\$ 50.

Ao Estadão, Barreirinhas disse que a Receita vai aplicar a lei já existente. Segundo ele, a norma que a Receita vai baixar será para dar instrumento que aplicação da lei. São instrumentos de fiscalização e sanção.

"Eu comecei a resposta deixando muito claro que eu só ia aplicar a lei existente, que já prevê a tributação sobre comércio eletrônico sem qualquer benefício. Não falei nada de isenção porque não tem nada a ver com comércio eletrônico", disse.

"Não muda nada para as empresas que declaram corretamente e seus clientes", disse Barreirinhas, que participou de entrevista do Ministério do Planejamento para detalhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 - que vai orientar a elaboração do Orçamento do próximo ano.

ARRECADADAÇÃO.

De acordo Barreirinhas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deu a ele a meta de fechar essas brechas.

Haddad já classificou distorções tributárias, fraudes, planejamentos e privilégios para setores específicos como "jabutis tributários".

O comandante da **Receita Federal** disse que está bastante "confortável" com o potencial de arrecadação.

Ele estimou essas receitas em cerca de R\$ 155 bilhões, que serão usadas pelo governo para garantir as previsões de despesas e zerar o déficit das contas públicas em 2024.

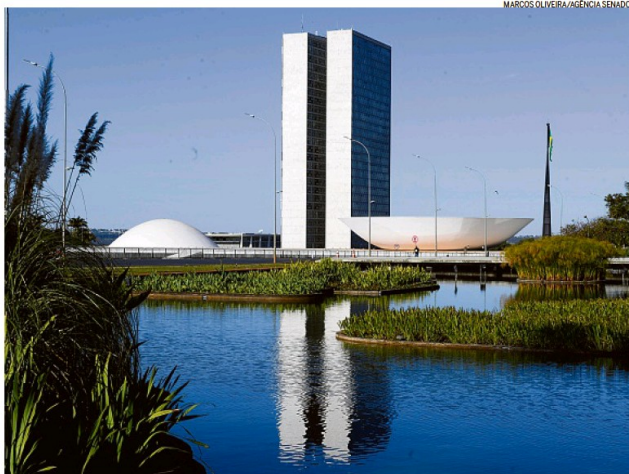
Ele disse que os cálculos são conservadores.

O secretário ponderou que não haverá recuo na estratégia do ministro da Fazenda de ir atrás dos "jabutis". "Posso garantir que temos convicção total de que não voltaremos atrás em relação a metas. Medidas pontuais podem ser revistas ou alteradas, sem mudar resultado final", disse ele.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50250>

Arcabouço fiscal chega hoje ao Congresso com mudanças



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO
Congresso. Para aprovar uma lei complementar, é necessário o apoio da maioria absoluta de deputados e senadores

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve entregar hoje ao Congresso Nacional a proposta de arcabouço fiscal que vai substituir o teto de gastos. Embora as linhas gerais do projeto tenham sido apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de março, o texto formal só chegará aos parlamentares agora.

Antes do envio, a equipe econômica promoveu uma alteração no texto final afim de torná-lo mais forte, como revelou a colunista do GLOBO Míriam Leitão.

Com o objetivo de demonstrar maior compromisso com os parâmetros da regra fiscal e dificultar mudanças no texto, a Fazenda decidiu colocar tanto os conceitos do marco fiscal quanto os valores que serão utilizados nos próximos quatro anos no projeto de lei complementar.

O texto deixa a possibilidade de mudança dos parâmetros por meio de lei ordinária somente a partir do próximo governo. Inicialmente, a ideia era definir os conceitos do arcabouço em lei complementar e os parâmetros em lei ordinária.

São parâmetros da regra que a alta das despesas acima da **inflação** seja equivalente a 70% da variação real das receitas -assegurados um piso de 0,6% e um teto de 2,5% do crescimento dos gastos acima do índice de preços. São esses números que só poderão ser alterados durante o mandato de Lula por lei complementar.

Para aprovar uma lei complementar, é necessário o apoio da maioria absoluta de deputados (257 dos 513) e senadores (41 dos 81). Uma lei ordinária pode ser aprovada com maioria simples e alterada por medida provisória (MP).

O que motivou o adiamento do envio do texto ao Congresso, de ontem para hoje, foi a ida a São Paulo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que passou por exames de rotina na capital paulista, após ter se submetido a uma cirurgia no início do mês.

De acordo com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o arcabouço será entregue em mãos pelo presidente Lula aos chefes da Câmara e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Palácio do Planalto. O governo vai aproveitar que os presidentes das Casas já estarão no Planalto. Lula vai realizar uma grande reunião no Planalto com ministros, governadores e chefes dos Poderes para tratar de medidas para combater a violência nas escolas.

Segundo Padilha, a expectativa é que o relator da proposta no Congresso seja definido ainda nesta semana.

RECEITAS DE R\$155 BI O governo estabeleceu como meta zerar o déficit nas contas públicas no próximo ano, número que já está previsto no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado ao Congresso na última sexta-feira.

Para isso, a proposta da LDO já considera uma expansão de receitas da ordem de R\$ 155 bilhões por conta de medidas que ainda não foram formalmente apresentadas. Na lista, estão ações como a taxaço das apostas online e o aperto na fiscalização para garantir o pagamento de imposto na importação de produtos comprados de plataformas estrangeiras. Como parte dessa arrecadação precisa ser partilhada com estados e municípios, o governo estima uma receita líquida de R\$90 bilhões.

"Nas projeções de receitas foram incorporados os efeitos na arrecadação tributária de medidas legislativas que se encontram em discussão no Poder Executivo e que implicarão aumento de R\$ 155,7 bilhões na arrecadação das receitas administradas pela **RFB (Receita Federal do Brasil)** em 2024",

afirma o texto do projeto da LDO.

As projeções consideram ainda a recomposição total das alíquotas do PIS/Cofins e da Cide sobre os combustíveis e a retirada do ICMS da base dos créditos do PIS e da Cofins (com previsão de impacto da ordem de R\$ 90 bilhões por ano). O governo elevou parcialmente os **impostos** federais sobre gasolina e etanol até o fim de junho. Depois, os **tributos** voltarão a ser cobrados integralmente.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Déficit zerado em 2024 depende de R\$ 155 bi em receitas incertas

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Larissa Garcia De Brasília

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) prevê R\$ 155 bilhões em receitas ainda incertas para zerar o déficit público em 2024. As propostas que permitirão esse aumento na arrecadação ainda não foram apresentadas. Uma delas, a taxa de compras no exterior, é terreno de disputa política. O tema é ponto de atenção de especialistas em contas públicas.

O texto, encaminhado na sexta-feira ao Congresso e detalhado ontem pelo governo, foi elaborado com base no teto de gastos, regra fiscal em vigor, mas prevê R\$ 172 bilhões em despesas acima do teto, condicionados à aprovação do novo arcabouço fiscal, que deve ser enviado hoje ao Legislativo.

Essa permissão para gastos, no entanto, não garante a meta de déficit zero previsto no projeto. Num cenário em que o arcabouço seja aprovado e as despesas sejam elevadas em R\$ 172 bilhões, mas as medidas de elevação de receitas sejam em todo ou em parte frustradas, o caminho mais provável será o déficit fiscal, disse uma fonte da área econômica.

O arcabouço estabelece que, em qualquer cenário, as despesas avançarão pelo menos 0,6%. Assim, se não houver receitas para cobri-las, haverá saldo negativo nas contas públicas, informou.

Essa fonte explicou que o contingenciamento (bloqueio) de gastos, tradicionalmente usado quando o resultado das contas públicas tende a ser pior do que o projetado, terá sua utilização revista diante do novo arcabouço.

Diferentemente do marco legal vigente, o novo arcabouço permite que a meta de resultado primário seja descumprida. No entanto, há uma espécie de penalidade nesse caso. No ano seguinte, as despesas poderão crescer só até 50% do aumento da arrecadação, e não 70% como ocorreria caso o objetivo tivesse sido alcançado.

Questionado com insistência a respeito dos planos para elevar receitas, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas disse que o governo está "confortável" quanto às estimativas de arrecadação.

Ele não detalhou as medidas.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que a revisão de incentivos fiscais, uma conta da ordem de R\$ 400 bilhões, será feita. A tarefa de elevar a arrecadação sem aumentar **impostos** "sobrou" para a Fazenda, disse ela.

"Difícil saber ex-ante, sem conhecermos as medidas, se elas vão trazer o potencial desejado pelo governo", comentou o sócio e economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros. "O que é possível dizer é que o espaço parece bastante apertado para ganhos substanciais e recorrentes de receita."

Na coletiva de imprensa, Tebet defendeu a aprovação do arcabouço para viabilizar o acréscimo de R\$ 172 bilhões previsto no PLDO. Esse valor é necessário para manter as políticas públicas no nível em que se encontram nesse momento, disse Tebet. Sem esse acréscimo não será possível executar políticas públicas no ano que vem, frisou, traçando um quadro dramático para o Orçamento de 2024. Sem o acréscimo, as despesas discricionárias ficarão em R\$ 24 bilhões. É o suficiente apenas para manter a máquina pública funcionando, mas sem espaço para realizar políticas como o Minha Casa Minha Vida ou manutenção de rodovias. Seriam necessários R\$ 198 bilhões, informou a ministra.

Por isso, ela aposta que o Legislativo terá "sensibilidade" e aprovará rapidamente a proposta do arcabouço, com votação que pode surpreender. "Não estamos colocando responsabilidades ao Congresso Nacional", afirmou.

"O Congresso sabe da responsabilidade que tem e da importância da tramitação rápida do novo arcabouço."

A aprovação do texto, reforçou a ministra, impacta na bolsa, no câmbio e na discussão da taxa de juros, "que queremos ver cair o mais rápido possível".

O aumento de R\$ 172 bilhões em relação ao atual teto de gastos representa um crescimento real de 2,5%, calculou o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto. "Ocorre que, para viabilizar esse crescimento, a receita líquida teria de crescer em torno de 3,6%", disse. Isso porque, conforme o arcabouço, as despesas crescerão a um ritmo de 70% do avanço das

receitas.

"Restam dúvidas sobre como será viabilizado esse crescimento de 3,6%, em termos reais, para a receita", disse. Sobretudo porque o período de referência para o cálculo da evolução das receitas deverá ser de julho de 2022 a junho de 2023. "As projeções mostram queda real até o meio do ano."

O PLDO não é o Orçamento, mas as duas peças têm de estar compatíveis, comentou a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto. "Aí eu acho que precisaria de mais atenção, seja em relação as despesas condicionadas, seja em relação as receitas projetadas", avaliou.

Além da licença para gastos adicionais caso a nova âncora fiscal seja aprovada, a proposta estabelece bandas de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para as metas de resultado primário nos próximos anos, algo inexistente nas propostas anteriores. As metas são: zero em 2024, 0,5% do **PIB** em 2025 e 1 % do **PIB** em 2026.

Para 2024, receitas e despesas foram fixadas em R\$ 2,150 trilhões. O nível de gastos poderá ser revisto, informou o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos. O salário mínimo, por exemplo, está previsto em R\$ 1.389,00, o que considera apenas a correção do valor deste ano pela variação da inflação.

"O presidente não vai descumprir uma promessa de campanha", reiterou Tebet, acrescentando que haverá aumento real para o mínimo. "O quanto, vai depender da aprovação do arcabouço", completou.

A estabilização da dívida pública, objetivo central do novo arcabouço fiscal, poderá ser atingida a partir de 2026, quando estará em 79,3% do **PIB**, mostram as projeções incluídas no PLDO para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG).

Bijos comentou que a alta do endividamento previsto para o curto prazo é modesta. "À medida que o superávit primário é elevado, isso converge para estabilização da dívida pública", considerou o secretário. "Se chegarmos de fato a 1% de superávit em 2026, já estaríamos flertando com a estabilização da dívida."

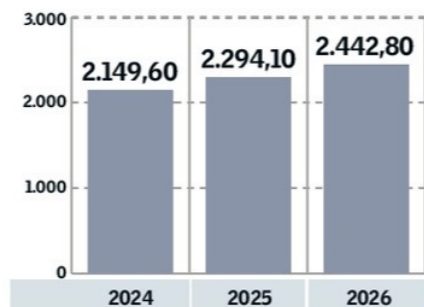
Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187522?page=1§ion=1>

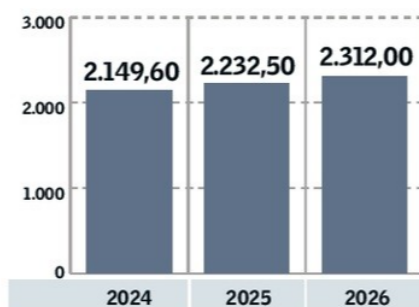
Ajuste gradual

Projeções no PLDO 2024 (R\$ bilhões)

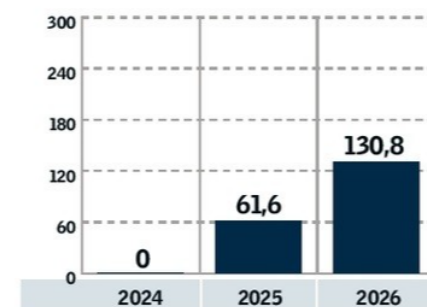
Receitas líquidas



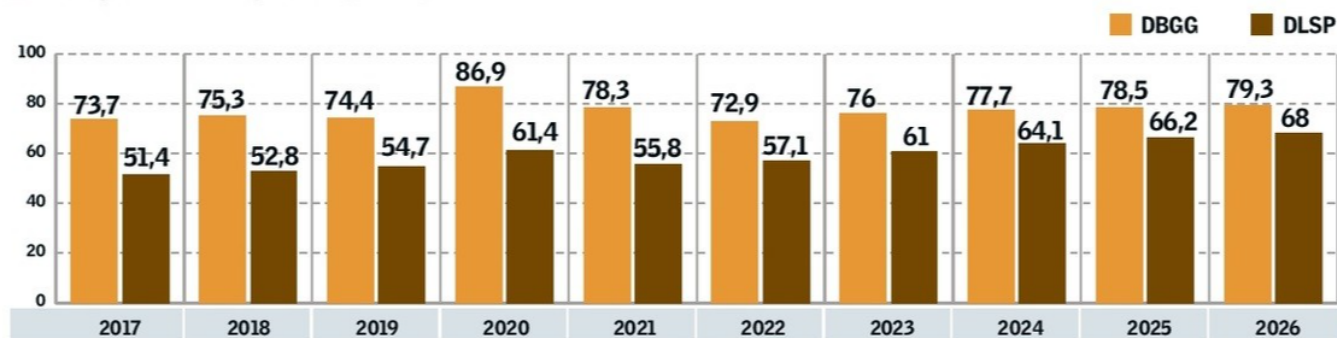
Despesas primárias



Resultado primário



Evolução da dívida pública (% PIB)



Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

Norma vai fazer lei sobre taxaço valer, diz Receita

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou ontem que a medida prestes a sair relacionada à taxaço dos produtos chineses vai "instrumentalizar a **Receita Federal** para fazer valer a lei que já existe".

De acordo com o secretário, mesmo após as polêmicas da última semana, "não está em debate retirar" a alíquota de 60% incidente sobre remessas vindas do exterior de até US\$ 50. Ele foi questionado sobre a possibilidade de um meio-termo na taxaço de compras feitas no exterior, durante divulga o do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024.

"Muitas das empresas já vieram a público apoiar a medida", disse, diante de um comentário que a medida estaria provocando rea o das empresas potencialmente afetadas. As empresas que já atuam dentro da lei não terão dificuldades com a medida, comentou o chefe do fisco.

Na semana passada, o governo anunciou que vai reforçar a fiscaliza o para que empresas que comercializam produtos na internet não se beneficiem da isen o de imposto às remessas internacionais entre pessoas físicas com valor inferior a US\$ 50 (cerca de R\$250).

"Esse benefício se aplica somente para envio de pessoa física para pessoa física. Se, com base nele, empresas estiverem fra-cionando as compras, e se fazendo passar por pessoas físicas, estão agindo ilegalmente", informou o Ministério da Fazenda na quarta-feira passada.

Segundo a pasta, não haverá qualquer mudança para quem compra e vende legalmente pela internet. "As mudanças v o beneficiar o consumidor que vai receber suas compras on-line mais rápido, com mais segurança e qualidade. Isso porque os produtos ter o o processo de libera o acelerado, a partir das informa es prestadas pelo vendedor legal, enquanto ainda estiverem em trânsito para o país", complementou Barreirinhas.

A medida faz parte do esforço do Ministério da Fazenda para tentar aumentar a arrecada o e fortalecer o combate à sonega o de **impostos**. Com isso, gigantes asiáticas como AliExpress, Shein e

Shopee, que funcionam como marketplaces, devem ser afetadas.

Após críticas, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, defendeu em rede social que a taxaço será apenas para empresas e não para o consumidor. "T  aqui no avião com o Ministro Haddad que me explicou direitinho essa história da taxaço. Se trata de combater sonega o das empresas e não taxar as pessoas de [que] compram", respondeu a outra postagem em seu perfil oficial no Twitter.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187522?page=1§ion=1>

Receita pode arrecadar milhões com venda de criptoativos por corretoras estrangeiras



Presidente da Abcripto, Bernardo Srur: "Queremos isonomia na competição. Nossos concorrentes não pagam impostos"

Toni Sciarretta De São Paulo

Além das plataformas de e-commerce estrangeiras e dos sites de apostas, a **Receita Federal** mira também a arrecadação tributária da negociação de criptoativos em corretoras estrangeiras, com um potencial de cerca de R\$ 500 milhões por ano. Considerados produtos digitais importados, a maior parte do que é negociado nessas plataformas, normalmente por pessoas físicas, passa ao largo da tributação, de forma semelhante ao que ocorre no comércio eletrônico que foi alvo de contestação das varejistas nacionais sob argumento de concorrência desleal.

Nas negociações de criptomoedas, apenas uma pequena fração das transações feitas por meio das plataformas estrangeiras é declarada, geralmente, aquelas feitas por gestoras de recursos e por family-offices. O investidor pessoa física que opera por meio dessas plataformas fica encarregado de recolher o imposto-pela emissão do documento fiscal "Darf" -, que incide basicamente sobre ganho de capital, em transações com valor superior a R\$ 35 mil.

No ano passado, as importações declaradas de criptomoedas somaram R\$ 7,5 bilhões e junto com objetos de pequenos valores chegaram a R\$ 20,64 bilhões, com forte impacto na balança comercial. Isso é apenas uma pequena parte do mercado de criptomoedas no país, estimado em R\$ 50 bilhões no ano passado-desse total, até 70% foi negociado por meio das plataformas estrangeiras.

Como no caso do e-commerce, o problema maior da

Receita é como operacionalizar essa tributação, uma vez que as plataformas estrangeiras ainda não são obrigadas a ter domicílio fiscal no país. Isso deverá ocorrer quando entrar em vigor o chamado marco legal das criptomoedas, que passa a valer a partir de junho. A implementação depende ainda de um decreto presidencial, quando deverá ser criada a figura das chamadas Vasps, as provedoras de serviços de ativos digitais que deverão ter registro obrigatório no país.

A Abcripto, associação que representa as corretoras de criptoativos locais, é defensora da tributação das rivais estrangeiras, como a Binance, que chegou a ter 70% dos negócios com bitcoin, sob argumento de uma competição mais leal no setor de ativos digitais. O tema virou uma das principais bandeiras da entidade.

As exchanges brasileiras precisam reportar para a **Receita Federal** as posições financeiras dos clientes, cujos dados poderão mais tarde ser confrontados com as informações prestadas pelos contribuintes. Já as exchanges domiciliadas fora do país ainda não têm essa obrigação, o que abre brecha para sonegação.

Estudo feito pela consultoria LCA mostra que o setor de ativos digitais faturou entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 1,7 bilhão em 2021, último dado consolidado. Desse total, R\$ 719 milhões (42,2%) corresponderam às plataformas estrangeiras, que não são tributadas. Com a chamada "internalização" desses negócios, que virá ainda este ano com a regulamentação infralegal, o setor que já contribuiu em 2021 com R\$ 314 milhões em **tributos** somaria mais R\$ 247 milhões.

"Estamos falando de uma arrecadação de cerca de R\$ 500 milhões em 2023. Queremos isonomia na competição. Nossos concorrentes não declaram nem pagam **impostos**", diz Bernardo Srur, presidente-executivo da associação das corretoras locais.

A **Receita Federal** deixa de arrecadar cerca de R\$ 78 milhões por ano apenas com o Imposto de Renda (IR) que não é pago nas transações por meio das plataformas estrangeiras, segundo estimativa da LCA. Em 2021, os atuais contribuintes recolheram R\$ 107 milhões em IR.

O maior potencial de arrecadação, no entanto, diz respeito às tributações de operações cambiais, de cerca de R\$ 107 milhões nessas plataformas, segundo

a LCA. As corretoras locais contribuíram com R\$ 122 milhões. A prestação de serviços somou R\$ 85 milhões e deve totalizar mais R\$ 62 milhões com a internalização dos negócios das estrangeiras.

Para Thiago Barbosa Wanderley, sócio do Ogawa, Lazzarotti e Baraldi Advogados, por mais que seja editada uma norma que imponha tributação contra uma exchange estrangeira, o governo não consegue realizar o "enforcement" da regra, tendo em vista que não possui autoridade para executar aqueles que estão fora do território nacional.

"A única forma de alcançar por meio da tributação as operações realizadas em exchanges estrangeiras seria encontrar um elo que possua vínculo com o Brasil. Na prática, o elo se dá por meio dos próprios investidores ou por pessoas jurídicas que atuam como intermediários das operações entre investidores brasileiros e a exchange", afirma.

Uma das opções seria impor uma maior responsabilidade tributária às pessoas jurídicas intermediárias, que viabilizam depósitos e saques via Pix para as exchanges do exterior. Mas isso dependeria da edição de novas regras e de atribuições adicionais a esses intermediários.

Gisele Bossa, sócia do Demarest Advogados, diz que as autoridades fiscais de diferentes países trabalham de forma conjunta para fechar o cerco à sonegação por meio das plataformas de criptoativos. Ela acrescenta não ter conhecimento ainda de autuações fiscais no Brasil decorrentes da falta de declaração à Receita que tenha sido originada a partir da troca de informações com outras autoridades.

"Na prática, o contribuinte pode buscar países que não tenham regulamentado o tema, mas com a ampla adesão aos acordos de assistência mútua para troca de informações financeiras e fiscais e para fins de evitar a lavagem de dinheiro, o tema está no radar e na agenda global da OCDE e dos estados aderentes", afirma.

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** preferiu não comentar o assunto. A **Binance**, maior corretora estrangeira no país, diz que atua em acordo com o cenário regulatório do Brasil e mantém permanente diálogo com as autoridades para desenvolvimento do setor. "A Binance reforça que cada cidadão tem a responsabilidade de recolher seus **impostos** de acordo com as determinações das autoridades fiscais brasileiras", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187522>

Negociações de dívidas com a Receita Federal precisam incluir a PGFN

Procuradoria e Receita Federal divergiam sobre a participação

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a **Receita Federal** divergiram sobre a participação da primeira em todas as transações (negociações de dívidas tributárias), inclusive as que são capitaneadas pela Receita. Quando os valores de imposto devidos ainda estão em discussão - não está inscrito na dívida ativa - a transação é capitaneada pela **Receita Federal**. Mesmo nesses casos a PGFN deve participar, segundo parecer da Advocacia-Geral da União (AGU).

No parecer, a AGU indica que havia um entendimento jurídico divergente entre as duas pastas quanto à necessidade de submissão de todas as transações tributárias para a PGFN para análise de legalidade e também do estabelecimento do grau de recuperabilidade do crédito para fins de transação.

A submissão prévia das transações tributárias à PGFN é compulsória, sob pena de ilegalidade, segundo o parecer. Para a Receita, contudo, a participação da PGFN tornaria o procedimento mais burocrático.

De acordo com Alan Viana, sócio do escritório M.J. Alves e Burle Advocacia, a Receita e PGFN possuem competências distintas dentro da União. As interpretações jurídicas dentro do contencioso são realizadas pela própria PGFN, inclusive no próprio **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Por isso, considera que faz sentido ter a PGFN presente neste momento de estabelecer as concessões possíveis de acordo com a Lei de Transação Tributária.

"A participação da PGFN nas negociações com a Receita traz consigo toda a experiência da procuradoria com diversos acordos exitosos. Pode estimular os contribuintes e trazer maior segurança e isonomia aos acordos celebrados", afirma.

Ainda segundo o advogado, a participação da PGFN também pode auxiliar na uniformização dos parâmetros usados nas transações tributárias, evitando possíveis interpretações jurídicas distintas entre os órgãos da União.

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/valor->

***juridico/coluna/negociacoes-de-dividas-com-a-receita-
federal-precisam-incluir-a-pgfn.ghtml***

Políticas públicas ficam comprometidas sem aprovação do arcabouço, diz Tebet

Nathalia Garcia

A ministra Simone Tebet (Planejamento) afirmou nesta segunda-feira (17) que, sem a aprovação do arcabouço fiscal, as despesas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com políticas públicas, como os programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, podem ficar comprometidas em 2024.

Se a nova regra fiscal não avançar, do total de R\$ 196,35 bilhões de despesas discricionárias estimadas para o próximo ano, restariam apenas R\$ 24,35 bilhões para os gastos livres dos ministérios -que incluem despesas administrativas como contas de luz e água.

Os números estão no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, que foi enviado ao Congresso Nacional na última sexta-feira (14).

"Esses R\$ 24 bilhões são apenas para o custeio da máquina, água, luz, combustível para o país todo, para que a máquina não pare, para que não haja shutdown [apagão]. Diante disso, a gente praticamente tem zero de espaço para despesas discricionárias", afirmou Tebet.

De acordo com a ministra, o PLDO respeita a regra vigente e traz "realismo orçamentário e transparência". Para Tebet, o teto de gastos "praticamente não existe mais" e "de tanto que foi furado, é inexequível".

No documento, o governo condicionou a possibilidade de expandir as despesas do próximo ano em R\$ 172 bilhões acima do permitido pelo teto de gastos à aprovação do novo arcabouço fiscal.

A pasta justifica que o excesso é elevado pelo espaço de R\$ 145 bilhões aberto pela emenda constitucional para este ano e pela necessidade de correção do índice utilizado no cálculo do teto de 2023, no valor de R\$ 23,7 bilhões.

"Caso os R\$ 172 bilhões condicionados incidissem sobre despesas discricionárias, a condicionante alcançaria praticamente a totalidade dessas despesas. Tal situação afetaria não apenas a manutenção e funcionamento dos órgãos, como também políticas públicas prioritárias para o País", disse o Ministério do Planejamento e Orçamento em apresentação.

A forte restrição de recursos pode impactar ações como Minha Casa, Minha Vida, programa habitacional voltado para a população de baixa renda, concessão e custeio de bolsas de pesquisa da Capes, manutenção de rodovias e estradas federais, desenvolvimento da educação básica, entre outras.

Tebet negou que, ao condicionar R\$ 172 bilhões ao novo marco fiscal, esteja pressionando os parlamentares e disse também que não haveria problema de o arcabouço não ser aprovado antes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, embora tenha enfatizado que "politicamente, precisamos do arcabouço fiscal para ontem".

"De forma alguma, nós estamos colocando algum tipo de responsabilidade no Congresso. Sei do compromisso das Casas como um todo", disse. "O Congresso Nacional sabe da responsabilidade que tem e da importância da celeridade do arcabouço fiscal, da importância da tramitação rápida", acrescentou.

A ministra disse já ter assinado e enviado o texto do novo arcabouço fiscal para a Casa Civil. Segundo a titular do Planejamento, a expectativa é que o projeto seja encaminhado ao Congresso até terça-feira (18).

A meta fixada pelo PLDO para as contas públicas em 2024 busca zerar o déficit primário no próximo exercício, mas admite a flutuação ao redor do alvo em valor equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto), com déficit de R\$ 28,7 bilhões no limite inferior e superávit no mesmo montante no limite superior.

O documento também mostra previsão de superávit de R\$ 61,6 bilhões (0,5% do PIB) em 2025 e de R\$ 130,8 bilhões (1% do PIB) em 2026 nos objetivos centrais - também com intervalo de tolerância. Os números são referentes ao governo central (o que inclui Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central).

Para estados e municípios, a previsão é de déficit de R\$ 6 bilhões em 2024, mas de superávit de R\$ 1 bilhão em 2025 e de R\$ 1,1 bilhão em 2026.

O documento mostra também que o governo Lula prevê que o salário mínimo suba para R\$ 1.389 em 2024, sem aumento real. Mas o valor não é definitivo.

"Não há a menor chance de o presidente no ano que vem não dar aumento real no salário mínimo", disse Tebet, acrescentando que Lula não irá descumprir uma promessa de campanha.

"O aumento vai ser real, o quanto vai depender da aprovação do arcabouço, e de que forma nós poderemos estar falando de incremento de receitas de um lado e de corte de despesas do outro", continuou.

O montante previsto no PLDO considera apenas a correção do valor previsto para dezembro de 2023 pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), voltado à **inflação** sentida pelos brasileiros de menor renda, que tem projeção estimada pelo governo em 5,16%.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50250&maxTouch=0&_ga=2.99517723.48622004.1681712567-1380897342.1635735907

BC vai agir quando tiver conforto de que inflação caminha para meta

Nathalia Garcia

O diretor de Regulação do Banco Central, Otávio Damaso, vê como missão do Copom (Comitê de Política Monetária) a garantia de uma inflação baixa e estável e considera que o momento ainda exige serenidade na condução da política de juros.

Em meio à pressão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela redução da taxa básica (Selic) -hoje fixada em 13,75% ao ano-, o diretor afirma que o BC "vai atuar assim que tiver conforto de que a inflação está em uma trajetória compatível com o regime de metas", visto por ele como "muito bem-sucedido".

Em entrevista à Folha, Damaso descarta risco no mercado de crédito, apesar dos recentes episódios envolvendo o colapso de bancos nos Estados Unidos, a crise do Credit Suisse, além do caso Americanas no cenário doméstico.

Ele ainda comenta a agenda da área de Regulação para este ano, destacando três grupos: inovação, nova lei cambial e regulação prudencial -que estabelece requisitos para as instituições financeiras com foco em gerenciamento de riscos e requerimentos mínimos de capital.

Quais questões da agenda regulatória do BC para 2023 trazem mais impacto na vida dos brasileiros? Gostaria de destacar três grupos. Primeiro, inovação. O Banco Central tem se destacado com essa agenda, adaptando a regulação para favorecer a inovação no mercado financeiro, mas também sendo um agente inovador com projetos como Open Finance, Pix e real digital.

No Open Finance, a gente tem 28 milhões de consentimentos para compartilhamento de dados. Ele já está trazendo competição para produtos que não tinham competição. Qual sempre foi o calcanhar de Aquiles? O cheque especial. A gente vê uma transformação do sistema financeiro.

O segundo grupo é a reforma da legislação cambial. A primeira lei, em vigor até 2021, era de 1920. Sempre foi uma legislação muito travada, visando reter divisas, não é o contexto hoje. A gente fez uma revolução no arcabouço, com uma única lei com 29 artigos, muito mais principiológica. Vem o BC agora com o processo

de regulamentação.

O que falta para completar a nova legislação cambial? E a discussão sobre as contas de não residentes? A burocracia na conta de não residente era alta e inibia a atração de investidores, principalmente de menor porte, dado o custo imenso. A gente equiparou as regras das contas de não residente e de residente. Isso já tem efeitos concretos. Por exemplo, um estabelecimento comercial na França aceita Pix. Traz benefício para quem viaja para o exterior e facilidades para importador e exportador. Tem outras questões que a gente vai regulamentar nos próximos dois anos, como mercado interbancário e compensação privada.

E o terceiro grupo? É a regulação prudencial. A agenda fruto de Basileia III [resposta regulatória à crise de 2008] tem de ser implementada. A gente vem criando todas as condições de adaptação. O sistema financeiro está extremamente sólido, muito bem provisionado, tem total capacidade de absorver com folga essa regulação.

Os bancos levantaram questões com relação às novas regras sobre risco operacional, sendo uma voltada para legislação trabalhista. Do que se trata? Dentro do risco operacional, entra o risco legal. No caso brasileiro, um aspecto da legislação impacta o processo dos bancos relacionado a ações trabalhistas, principalmente quando o funcionário pede demissão. Se fosse seguir à risca o padrão, o requerimento de capital seria muito alto. Mas é um risco conhecido no caso brasileiro da Justiça, então, a gente está tentando tratar de forma que fique compatível com o risco que representa e não seja um requerimento de capital punitivo. O acordo de Basileia entendeu essa peculiaridade.

Pensando em estabilidade financeira, como analisa o comportamento do mercado de crédito? O crédito está dentro de um comportamento normal, previsível vis-à-vis a condução de política monetária e do ambiente econômico nacional e internacional. A previsão do saldo caiu de 8,3% para 7,6%, mas é de crescimento. O sistema financeiro tem um nível de provisão muito bom, os indicadores de liquidez são 100% satisfatórios e o de capital [está] bem acima dos mínimos regulatórios. A gente não vê qualquer tipo de problema de estabilidade financeira. O mercado de crédito está tendo um comportamento conjuntural de

desaceleração, com inadimplência subindo dentro da normalidade. A inadimplência das famílias está um pouco mais elevada, mas ainda abaixo dos picos históricos.

O sr. não vê possibilidade de risco de uma crise de crédito no país? A gente não identifica nenhum tipo de risco no mercado de crédito, está tudo dentro da normalidade. Eventos específicos chamaram a atenção, e a gente monitorou. Tem algum tipo de impacto, mas ainda não é visível de forma significativa.

Há uma preocupação com a taxa de juros do crédito rotativo, que supera 400% ao ano. Por que o BC não discute a possibilidade de impor um limite? A indústria de cartão de crédito se mistura com meio de pagamento e instrumento de crédito. Movimenta em torno de R\$ 1 trilhão a mais por ano. Não está na pauta do Banco Central algum tipo de tabelamento de taxa de juros. A gente busca mecanismos para tornar os instrumentos financeiros mais eficientes. Não está no pensamento do BC qualquer tipo de cap [limite], porque isso poderia trazer instabilidade para um mercado que alimenta todos os setores da economia, principalmente o varejo, que é extremamente dependente desse instrumento.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que discute agendas conjuntas com o BC. Quais? Nossa interação com o Ministério da Fazenda é excelente. A gente tem diversos projetos em discussão. Um já está no Congresso, que é o PL das Garantias. A gente tem uma interação grande sobre assuntos que vão chegar no CMN [Conselho Monetário Nacional], seja na parte de crédito, de pagamento, de instrumento de política agrícola.

Como tem sido o trabalho com o governo como um todo? Nossa relação é muito construtiva, de intercâmbio de informação, de colaboração. Lido com agências do governo, seja Previc [Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**], Susep [Superintendência de Seguros Privados], CVM [Comissão de Valores Mobiliários]. No Ministério da Fazenda, lido principalmente com a Secretaria de Reformas Econômicas e coisas pontuais com o Tesouro. A relação continua fluindo muito bem.

O BC tem sido pressionado pelo governo sobre os juros. O último índice de **inflação** veio abaixo do esperado pelo mercado. É mesmo necessário esperar até o segundo semestre para iniciar o corte da Selic? O Copom se alimenta de um trabalho extremamente rico e intenso das áreas técnicas, com um conjunto de informações quantitativas e qualitativas de diferentes áreas. Isso tudo chega para nosso ciclo de reuniões do Copom, no qual a gente é bombardeado com esse conjunto de informações e toma as decisões.

Qual é nosso objetivo? Olhando uma perspectiva mais ampla, é garantir uma **inflação** estável e baixa. O regime de metas tem sido muito bem-sucedido. A gente está em um momento em que precisa ter muita perseverança, tranquilidade e serenidade para conduzir a política monetária. A gente passou por um momento que tinha um mercado de trabalho [aquecido] e uma **inflação** de serviços mais resiliente. A gente vai atuar assim que tiver conforto de que a **inflação** está em uma trajetória compatível com o regime de metas. O regime de metas mostrou seu valor em termos de previsibilidade.

A rediscussão das metas é legítima? O regime de metas tem garantido a **inflação** estável em um patamar baixo e compatível com o que é definido. Tem dado previsibilidade para os agentes econômicos. Ele também tem se mostrado flexível para absorver choques [inflacionários] sem penalizar a economia de forma excessiva, sempre mirando a convergência da **inflação** para aquela meta definida pelo CMN.

Ao falar em estabilidade, sempre se discute a questão fiscal. A apresentação do arcabouço fiscal tira incerteza do cenário? Muito importante esse movimento que o Ministério da Fazenda está conduzindo de definir o arcabouço fiscal. Você tocou em um ponto que é incerteza. A incerteza é muito cruel para as decisões dos agentes econômicos. Ter um arcabouço fiscal crível é um componente superimportante para dar previsibilidade. A gente sabe que a questão fiscal tem sua relevância sobre a política monetária. Essa comunicação se dá principalmente pelas expectativas, que vão afetar as inflações, mas não é um mecanismo automático de repasse.

O governo falou sobre a criação de uma moeda comum e defendeu o uso de moedas locais no comércio internacional. Em termos de regulação, o que seria preciso? Dentre os objetivos da lei cambial, estava eliminar entraves legais e regulatórios para internacionalização do real. Isso foi feito e abre espaços de mecanismos de pagamentos internacionais e de uso do real para outras transações. Acredito que vai acontecer em algum momento um uso mais intensivo do real, principalmente na nossa borda, com parceiros comerciais da América do Sul. Em termos de legislação, hoje não existe mais entrave.

Quanto ao marco regulatório das criptomoedas, o BC deve atuar como regulador? É uma decisão que cabe ao presidente da República. A gente está aguardando a publicação de um decreto definindo qual ente vai regulamentar.

O BC previa lançar uma consulta pública para novas regras ESG do setor financeiro no primeiro trimestre. Já tem previsão? Na Regulação, é uma agenda com caráter prudencial. Quero saber quais riscos podem vir dos segmentos A, B e C relacionados à sustentabilidade para o sistema financeiro. Em 2020, a gente relançou a agenda. Tornou obrigatória a publicação no [relatório] TCFD de riscos climático, ambiental e social e padronizou informações. Demos uma pausa porque os fóruns internacionais começaram a discutir a padronização das regras contábeis com a óptica das questões climáticas. Para não ter que refazer a regra, a gente está esperando o grupo finalizar o trabalho.

Otávio Ribeiro Damaso, 51

É diretor de Regulação do Banco Central, com mandato até 31 de dezembro de 2024. Foi coordenador-geral de Reformas Institucionais no Ministério da Fazenda entre 2008 e 2009 e secretário-adjunto de Política Econômica na pasta de 2003 a 2008. Possui graduação em economia e especialização em matemática para economia e administração pela UnB (Universidade de Brasília).

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50250&maxTouch=0&_ga=2.99517723.48622004.1681712567-1380897342.1635735907

Previdência para autistas (Artigo)

FABIO SOUZA

Os desafios das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) não se esgotam na necessidade de lidar com as manifestações dessa condição. A insuficiência de medidas de acessibilidade transforma o autismo num fator dificultador da participação no meio social para os quase 2 milhões com o transtorno no Brasil.

Na **Seguridade Social**, essa situação exige a adoção de medidas inclusivas capazes de promover igualdade de oportunidades. É de grande valia, portanto, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, instituída pela Lei 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que inclui acesso à Previdência e à assistência social.

A estratégia legislativa para a proteção jurídica do autista consiste na sua equiparação à condição de pessoas com deficiência (PCDs). Nos termos da lei, "a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais". Desse modo, estende-se às pessoas com TEA a proteção garantida às PCDs.

A medida ganha relevância para autistas que não se amoldam ao conceito de deficiência, de acordo com critérios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Em geral, a caracterização da deficiência deve ocorrer por meio de avaliação biopsicossocial que constate um impedimento de longo prazo que, em interação com barreiras, possa obstruir a participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com os demais.

Como o legislador; no caso do TEA, equiparou essa condição à deficiência, o diagnóstico de autismo supre a avaliação biopsicossocial, habilitando o diagnosticado a pleitear os benefícios destinados às PCDs.

No campo da **Previdência Social**, é possível identificar duas prestações destinadas à PCD, acessíveis de modo facilitado aos autistas: aposentadoria e pensão por morte. A aposentadoria da PCD está disciplinada pela Lei Complementar 142/2015. O benefício pode ser concedido por tempo de contribuição ou por idade. Para a aposentadoria por tempo de contribuição, a exigência varia de acordo com o grau de deficiência, mas não há uma idade mínima. No caso de deficiência grave, a mulher precisa de 20 anos de contribuição e o homem de 25; para as situações de deficiência moderada, são

necessários 24 anos de contribuição para a mulher e 29 para o homem. Se a deficiência for leve, a lei exige 28 anos de contribuição para mulheres e 33 para homens. Outra possibilidade é a aposentadoria por idade, aos 55 para a mulher e aos 60 para o homem, desde que haja 15 anos de contribuição com deficiência.

Além disso, a Lei 8.213/91 indica como dependente da primeira categoria o filho com deficiência intelectual ou mental, o que, por força da equiparação legal, inclui as pessoas com TEA. Assim, com o óbito de um segurado, o filho autista tem direito à pensão por morte, bastando que comprove o diagnóstico.

No campo da assistência social, a caracterização jurídica do TEA como deficiência auxilia no acesso ao benefício de prestação continuada (BPC), prestação devida às PCDs que não consigam prover seu sustento ou tê-lo provido por sua família. Diagnosticado o autismo, a discussão se limitará à prova da hipossuficiência econômica.

Em resumo, apesar de não existirem benefícios específicos para autistas, a equiparação jurídica dessa condição à deficiência reduz a desigualdade de oportunidades de acesso à proteção previdenciária e assistencial.

Equiparação jurídica à condição de deficiência reduz a desigualdade de oportunidades de acesso à proteção previdenciária

Fábio Souza, juiz federal, é professor da UFRJ e do Instituto Connect de Direito Social

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com ajuda de empresários, Lula quer trocar Bolsa Família por novos CNPJs - CAPITAL S/A



Divulgaç



Abras/Divulgação

SAMANTA SALLUM

Uma ação de estímulo ao empreendedorismo será intensificada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome do governo Lula. "Não assumi esse cargo para manter a fome, mas para acabar com ela", reforçou o ministro Wellington

Dias. Ele se reuniu ontem com representantes do setor produtivo do Distrito Federal para criar um GT que vai elaborar a parceria. O objetivo é que entidades do comércio e da indústria capacitem os beneficiários do Bolsa Família para que possam ser empreendedores. E assim promover inclusão socioeconômica para que essas pessoas garantam a sua própria renda e não precisem mais do auxílio do governo. A proposta é que o projeto piloto seja na capital federal.

R\$ 1,1 bilhão Valor do fundo criado pelo MDS para o projeto

170 mil É o número de pessoas no DF cadastradas no Bolsa Família

Fibra, Fecomércio e Sindsei

Participaram da reunião, no ministério, o vice-presidente da Fibra, Pedro Henrique Verano; o presidente da Fecomércio, José Aparecido Freire; e Marco Tulio Chaparro, presidente do Sindicato das Empresas de Serviço de Informática do Distrito Federal (Sindesei-DF). Eles foram levados pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT).

Ti ti ti da China 1

Nas rodas de empresários na capital federal, a pergunta provocativa é se era fake news que Lula iria "acabar com o dólar". A fala do presidente na China, sugerindo uma moeda alternativa ao dólar nas transações comerciais internacionais, gerou ruídos e ironias.

Ti ti ti da China 2

O incômodo do agronegócio com a presença do líder do MST João Pedro Stedile na comitiva presidencial foi expressado no plenário do Senado em discursos. A bancada ruralista no Congresso chegou a pedir a prisão de Stedile por declarações do ativista, consideradas como "ameaças" aos proprietários rurais.

Defesa

O petista Chico Vigilante, que tem um bom trânsito

entre empresários do comércio e da indústria no DF, afirmou que o agro não tem que se preocupar: "O MST só invade terra improdutivo", retrucou.

E defendeu a ida de Stedile. "O movimento hoje é um grande produtor da agricultura e está na China para vender os produtos deles também", reforçou.

Apoio a indígenas em universidades

Sessenta e dois indígenas, dos quais 60% mulheres, vão receber uma bolsa de R\$ 1 mil para apoio à sua permanência no ensino superior, além de um notebook. Os selecionados fazem parte do programa Pipou, desenvolvido pela Vale e o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN).

A iniciativa faz parte da agenda com os objetivos da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

UnB

Nesta edição, participam estudantes de 32 povos de 16 universidades, distribuídas por 12 estados. Indígenas alunos da UnB estão entre os contemplados. São matriculados nos cursos de geologia, medicina, ciências sociais, engenharia de redes de comunicação, engenharia florestal e psicologia.

Sustentabilidade

"Esse projeto está em linha com nossa busca pela mineração sustentável, que se baseia no relacionamento construtivo, de benefícios mútuos e no respeito aos direitos dessas populações, como a educação", destaca Camilla Lott, diretora de Sustentabilidade da Vale

Reforma tributária no cardápio

O presidente da Abras, João Galassi, esteve em Brasília com o deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária**, em um almoço no qual o tema foi a pauta da mesa. A Associação Brasileira de Supermercados fará apresentação no GT da reforma e apontará a proposta do setor com alíquotas múltiplas. "Inclusive a imprescindível alíquota zero para os alimentos básicos", disse Galassi.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/18/all.pdf>

Como a desindustrialização afeta nossa economia (Artigo)

Carlos Rodolfo Schneider

É fato que a participação da indústria, e especialmente da indústria de transformação, no **PIB** do Brasil e no **PIB** da indústria mundial, vem caindo. Outro fato é que temos dado pouca importância ao impacto disso no crescimento e no desenvolvimento do país, apesar das inúmeras evidências que aí estão.

O ranking global de valor adicionado da indústria de transformação - Manufacturing Value Added (MVA) publicado pela United Nations Industrial Development Organization (Unido), mostra que a participação da indústria brasileira no **PIB** em 2021 foi de apenas 10,2%, contra a média de 22,9% do grupo de economias industriais de renda média ao qual pertencemos, e o MVA per capita do Brasil, de US\$ 875, representa só 42% do valor do mesmo grupo de países industrializados de renda média. É mais, a participação da média e alta intensidade tecnológica no MVA do Brasil foi de 33,7% em 2021, contra 39,3% no grupo de países de referência acima citado. Resultado, em grande parte, da queda de investimentos na indústria de transformação, cuja participação no investimento total na economia caiu de 28% em 2008 para 15% dez anos depois.

O economista Samuel Pessoa chama a atenção para o quanto o nosso sistema tributário penaliza a indústria. O setor paga muito mais **impostos** do que a agropecuária e os serviços. E diz que esse jogo tem que ser equilibrado. Do ICMS arrecadado, por exemplo, a indústria de transformação paga 50% e o agronegócio 10%. Também o manicômio tributário brasileiro penaliza muito mais a indústria que tem cadeias produtivas longas e por isso precisa conviver com diversos regimes tributários especiais. Assunto para a **Reforma Tributária** que está no Congresso Nacional.

A indústria pode ajudar muito mais o país. A cada R\$ 1,00 que ela produz, são gerados R\$ 2,43 na economia brasileira segundo a CNI. É quem mais investe em pesquisa e gera os empregos mais qualificados. Foi a indústria que catapultou a China de economia agrária rudimentar para maior economia do mundo em termos de paridade de poder de compra, em poucas décadas. A indústria de transformação é responsável por 60% das despesas de Pesquisa e Desenvolvimento no mundo e é o setor que tem o

maior impacto na produtividade da economia e no desenvolvimento de serviços sofisticados. Segundo o economista Paulo Gala, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), os países são ricos porque tem domínio tecnológico, e nenhuma nação chegou à fronteira tecnológica sem possuir um setor industrial forte. E cita Alemanha, Suécia, Coreia do Sul, Suíça, Estados Unidos, Finlândia e Dinamarca por sua altíssima produção industrial per capita.

Mas a nossa indústria de transformação precisa ter condições de competir com seus pares internacionais. E o Custo Brasil, estimado pela CNI em R\$ 1,5 trilhão anual, é uma pedra no caminho. Torna o país pouco competitivo e hostil para quem quer empreender e investir. Certamente não é por incompetência do empresário brasileiro que a nossa indústria está encolhendo. É pelos entraves que são colocados. Para superá-los, empresários próximos ao poder buscam proteção ou compensação. Empresas pequenas buscam isenções e apoios. Quem está no meio do caminho precisa fazer milagres para sobreviver e crescer. E se quisermos aproveitar pelo menos as sobras do processo de redesenho das cadeias mundiais de suprimentos, os chamados nearshoring, safeshoring, friendshoring ou simplesmente reshoring, não devemos demorar a agir. Senão a indústria caipira definitivamente vai ficar para trás e o país também.

Carlos Rodolfo Schneider. Empresário

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/04/2023/p1>

Equipe econômica tenta "blindar" regras que vão orientar nova âncora

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A equipe econômica traçou uma estratégia para tentar blindar a nova âncora fiscal e tornar mais difícil mudar os valores de referência da regra - que vai substituir o atual teto de gastos. Em outra frente, o governo pressiona por uma aprovação mais rápida do projeto, de forma a garantir os recursos de que precisa para manter seus principais programas.

Na entrevista para apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a ministra do Planejamento, Simone Tebet, repetiu ontem que essas políticas públicas não cabem no Orçamento de 2024 se o projeto do arcabouço não for aprovado. Nessa cesta, diz o governo, entram recursos para o programa Minha Casa, Minha Vida, para manutenção de rodovias federais, funcionamento de instituições federais de ensino superior e até o percentual de aumento real (acima da **inflação**) para o salário mínimo (leia mais ao lado).

"Politicamente, precisamos do arcabouço fiscal para ontem", disse Tebet, acrescentando que, "quanto mais rápido a norma for aprovada, mais vamos garantir segurança jurídica".

Ainda segundo ela, a aprovação do novo marco fiscal terá impacto benigno na Bolsa de Valores, no câmbio e nas discussões sobre a taxa de juros.

A expectativa é de que o texto final do projeto seja apresentado entre hoje e amanhã ao Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), prometeu que, em "duas ou três semanas, no máximo," a proposta deverá ser votada em plenário.

Pelas diretrizes apresentadas, o Orçamento tem um "furo" de R\$ 172 bilhões nas despesas, que ficarão condicionadas à aprovação do arcabouço fiscal.

O projeto de lei foi feito considerando um aumento entre R\$ 145 bilhões e R\$ 155 bilhões de receitas com base em medidas tributárias que ainda não foram tomadas.

O secretário da **Receita Federal**, Robson Barreirinhas, disse que o governo está "confortável" com o potencial de arrecadação dessas medidas, e que os valores são "conservadores". O mercado, no entanto, está cético

em relação à capacidade de o governo conseguir aprovar esse pacote tributário. O secretário de Orçamento, Paulo Bijos, disse que a LDO levou em conta R\$ 90 bilhões de receitas com as medidas tributárias. O restante será repassado aos Estados e aos municípios, como manda a legislação que trata da repartição de **tributos** federais.

BLINDAGEM.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e sua equipe trabalharam nos últimos dias para reforçar no projeto de lei complementar que cria o novo arcabouço um maior compromisso com os parâmetros na "largada" da nova regra. A ideia é blindar o projeto e tentar dificultar eventuais mudanças nos parâmetros que vão ser incluídos no texto.

Segundo apurou o Estadão, a versão final pode incorporar os valores dos parâmetros já à lei complementar para os próximos quatro anos, deixando a possibilidade de mudança por lei ordinária só a partir do próximo governo.

Os parâmetros que devem estar no texto tratam do percentual de 70% da variação da receita que servirá de referência para crescimento das despesas de um ano para o outro.

E também a banda (entre 0,6% e 2,5%) para o crescimento das despesas acima da **inflação** no Orçamento da União. Ou seja, as **despesas** vão sempre crescer, no mínimo, 0,6% acima da **inflação** e, no máximo, 2,5%.

A ideia inicial era deixar os conceitos do arcabouço (o modelo de funcionamento) na lei complementar, enquanto os valores dos parâmetros saíam em lei ordinária.

Agora, segundo integrantes da Fazenda, o governo enviará tanto o desenho geral das novas regras quanto os parâmetros para o seu cumprimento por lei complementar. Uma lei complementar precisa ser aprovada através do chamado quórum qualificado, que exige a maioria absoluta dos senadores e deputados, em sessões separadas. Já uma lei ordinária depende de maioria simples de votos para ser aprovada.

Tebet e Haddad estão tendo de ser "equilibristas" para

buscar o apoio do mercado e, ao mesmo tempo, do PT. "Muitos se surpreenderam com a rigidez da arcabouço para um governo desenvolvimentista, afirmou Tebet, ao falar sobre projeções da LDO que mostram que as despesas cairão de 18,7% do **PIB** para 17,7% do **PIB** de 2024 a 2026. Já Bijos reforçou que o ajuste das contas públicas vai ser gradual. Uma fala voltada para "acalmar" os críticos do PT que temem uma regra com arrocho nas despesas.

Valor de aumento do mínimo vai depender de regra fiscal, diz Tebet

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem que é "óbvio" que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai manter a promessa de aumentos reais (acima da **inflação**) para o salário mínimo em 2024. "Você tira de qualquer lugar (os recursos), mas Lula não vai descumprir promessa de campanha sobre salário. O quanto de aumento real terá o salário mínimo vai depender da aprovação do arcabouço fiscal", disse ela.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estima que o salário mínimo vai subir para R\$ 1.389 no próximo ano. Esse valor da proposta considera apenas a correção pela **inflação** medida pelo INPC neste ano, sem alta real.

Mesmo sem o ganho real, a LDO já tem um "furo" de R\$ 172 bilhões de espaço para despesas necessárias ao funcionamento da máquina e das políticas de governo.

Hoje, o piso nacional é de R\$ 1.302, mas o presidente Lula prometeu aumento para R\$ 1.320 a partir de 1.º de maio deste ano e criou um grupo de trabalho para discutir uma política de valorização permanente.

O grupo está sendo coordenado pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

5 perguntas para...

MARCOS MENDES Economista e pesquisador do Insper

Qual o impacto de um aumento acima da **inflação** para o salário mínimo em 2024 nas metas fiscais do arcabouço?

O fato de a projeção não levar em conta o reajuste real do salário mínimo indica baixa probabilidade de que se verifique ao final de 2024 um déficit primário igual a zero.

A expectativa de receita na LDO é muito otimista, um aumento de 8,8% reais ou R\$ 166 bilhões. Essa

previsão otimista de receita parece calcada em uma projeção igualmente otimista para o crescimento real do **PIB**, fixado em 2,34%. E também incorpora a expectativa de que tenham êxito as medidas para elevar a arrecadação.

Por outro lado, a despesa parece bastante acanhada.

O arcabouço contempla metas fiscais para estabilizar a trajetória da dívida pública. Serão cumpridas?

A minha avaliação preliminar dos dados é de que, se o governo tem a intenção de atingir as metas de resultado primário, vai exigir um aumento de receita brutal. Não só em 2023, mas ao longo de 2024, 2025 e 2026. É claramente um modelo de ajuste pelo lado das receitas, permitindo que as despesas continuem crescendo. Em 2026, a receita vai ter de estar uns R\$ 370 bilhões, R\$ 380 bilhões acima do que está hoje. A carga tributária no Brasil já é alta.

Qual o impacto de vincular a alta da despesa a 70% da variação da receita?

Existem despesas que não vão obedecer a essa regra, como saúde e educação, que têm vinculação constitucional (ao desempenho das receitas). Cresceu a receita, tem de, no mesmo ano, aumentar os recursos para essas áreas. Tem também a pressão de aposentadorias e pensões e folha de servidores.

Isso porque tem uma política de governo exógena à regra fiscal, que determinou o crescimento real desses gastos. Tudo isso traz outro problema: vai espremer as outras despesas.

Vai chegar a um nível em que não será possível comprimir as outras despesas, e o governo não conseguirá cumprir a regra.

A reclamação que tinha com o teto (de gastos) vai ter com relação a essa regra também.

Em quanto tempo esse problema aparecerá?

Pelas minhas contas com saúde e educação vinculadas (à receita), salário mínimo corrigido pela regra de resultado do **PIB** dois anos atrás mais a **inflação**, além da folha de salários tendo crescimento real de 2% ao ano, o que não é muita coisa frente ao que estão propondo, já em 2025 o governo terá muita dificuldade de acomodar as demais despesas.

Qual o efeito disso sobre o novo arcabouço?

Pelo modelo atual, o governo vinha segurando as despesas discricionárias (não obrigatórias).

É basicamente investimento, emendas parlamentares e despesas discricionárias de saúde e educação. Por esse novo modelo, não vai poder segurar porque tem um piso para investimento e tem a vinculação de saúde e educação.

O espaço para contingenciar ficou muito menor.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50250>

Governo vai taxar lucro de sites de aposta em 15%; ganhador deve pagar 30%

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu taxar as empresas e os apostadores que operam no mercado de apostas esportivas no Brasil. A taxa das empresas, que têm uma maior presença na internet, vai fazer parte de uma medida provisória elaborada pelo Ministério da Fazenda.

Os apostadores serão taxados em 30% sobre os valores dos prêmios recebidos durante um evento esportivo. Haverá isenção para ganhos que fiquem dentro do valor da primeira faixa livre de Imposto de Renda, atualmente em R\$ 1.903,98.

A informação foi divulgada pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, José Francisco Manssur, durante audiência pública na Câmara, na semana passada. A medida provisória ainda não foi publicada e, de acordo com a pasta, será assinada ainda neste mês.

As empresas, por sua vez, terão de pagar R\$ 30 milhões para o governo federal por uma licença de cinco anos e 15% de imposto sobre o lucro - receita obtida após a distribuição de prêmios. Ter registro no Brasil, funcionários brasileiros e possuir capital social de no mínimo R\$ 100 mil são outras exigências que vão ser previstas na medida provisória. As companhias que vendem as apostas e aquelas que oferecem os meios de pagamentos vão ter de ser credenciadas pelo governo.

SEM REGULAMENTAÇÃO.

As apostas são legalizadas no Brasil desde 2018, mas ainda não foram regulamentadas e deixam de ser tributadas.

"A partir do momento da regulação, apostar fora do Brasil será ilegal. Teremos meios eficientes, e a busca é ter o índice inglês de 87% de sites de apostas hospedados e legalizados no Brasil", afirmou Manssur durante a audiência na Câmara. "Não desconfiem da capacidade do Estado brasileiro de coibir a ilegalidade. Nós vamos coibir a ilegalidade." A taxa é uma das estratégias do Ministério da Fazenda para aumentar a arrecadação do governo federal em até R\$ 150 bilhões e sustentar as metas do novo arcabouço fiscal, regra que vai substituir o teto de gastos públicos. O

Ministério da Fazenda espera arrecadar de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano com a taxa das apostas.

ONIPRESENÇA.

Conforme mostrou o Estadão, no futebol brasileiro, as casas de apostas se tornaram onipresentes.

Hoje, elas patrocinam, ou negociam patrocínio com todos os 20 clubes da série A, seja o patrocínio principal ou em outras áreas do uniforme. A Copa do Brasil é patrocinada pela Betano. A Betnacional é uma das patrocinadoras da transmissão do Campeonato Brasileiro na Rede Globo.

Regras

R\$ 30 mi é o valor que as empresas de apostas terão de pagar ao governo para obter uma licença por cinco anos para atuar no País

R\$ 100 mil vai ser o capital social mínimo para a companhia que queira atuar com apostas esportivas no Brasil

R\$ 1.903,98 vai ser o valor máximo dos prêmios isentos de **impostos**

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50250>

Alguém pagará mais - CARLOS ANDREAZZA



CARLOS ANDREAZZA

A taxaçoão a compras internacionais on-line anunciada pelo governo Lula confirma uma coisa e informa outra. Confirma: que o Estado precisará arrecadar muito (muito) mais -ou a conta do arcabouço fiscal não fechará. Outras medidas com intenção arrecadatória virão. E informa: que alguém pagará essa fatura. Para esse alguém, certamente alguéms, a carga tributária aumentará. Para com esses, pois, melhor será jogar limpo.

Jogando limpo, se o programa é para expansão consistente de receitas: alguém sempre pagará mais; todo mundo sabe; ninguém gosta de ser considerado bobo.

O episódio comunica que o governo se lança a uma corrida por dinheiro. Todo mundo já sacou; até os bobos. Precisa-se de grana. Não será ilegítimo nem comporá estelionato eleitoral. Ou você ouviu a chapa presidencial vencedora apregoar, durante a campanha, que buscaria equilíbrio fiscal por meio de corte de gastos?

Porque não falar claramente? O arcabouço fiscal nunca pretendeu disfarçar. É engrenagem feita sob a demanda de um presidente que quer -sempre declarou que o faria-gastar. Investir. Né? Foi eleito assim. Uma regra projetada para rebater o aumento de despesas

via incremento de arrecadação. Se o arcabouço fiscal nunca quis enganar, por que a premissa que o viabilizará - crescimento vigoroso de receitas-quereria?

O episódio comunica que a comunicação ainda não entendeu que se comunicar pressupondo tratar com trouxas nunca resultará bem. O cidadão sabe que pagará mais. Se pagará mais, espera que lhe seja informado por quê. Pagará mais como consequência - não é essa a letra?-de um esforço maior por enfrentar a sonegação. Não se dá conselho a governante, mas há chance de o cara acreditar que seu sacrifício adicional integrará uma empreitada por vencer injustiças.

O sujeito talvez se conforme se compreender que sua compra de US\$ 50 de repente ficou mais cara como parte num conjunto que passou a cobrar de graúdos que não pagavam **tributos** -as casas de apostas on-line, por exemplo. (É nem me dedicarei aqui ao conflito de esses sites de jogatina patrocinarem clubes de futebol -o próprio objeto de sua atividade. A rigor, patrocinam o futebol no Brasil. Outra conta que não fecha-contratação segura de encrenca.)

O Ministério da Fazenda fala em reduzir distorções tributárias. Ampliando o tamanho dos peixes, fala em rever isenções fiscais. Ótimo. Há muitas -e muitas ineficientes. Todo mundo será a favor do fim de desonerações exageradas. Certo? Todo mundo apoia a revisão de privilégios tributários -desde que sejam os dos outros.

É onde o bicho pega. Também onde o mundo real se impõe; os limites mostram os dentes. O mundo real se imporá no Parlamento. Passará pelo Congresso qualquer pretensão por diminuir isenções fiscais; e o Congresso, com grupos de interesse muito bem representados, tende a resistir.

O cínico afirmaria que aprovar o arcabouço - o esqueleto - será moleza. (Já está aprovado, concorda o realista, desde o acordo pela PEC da Transição.) Difícil sendo a aprovação do regi me, do tipo de dieta, que o porá de pé. Porque, pela gordura do governo, alguém teria a carne cortada.

Em nome de Lula ter picanha para queimar, seria necessário talhar na maminha de setores poderosos

cujo lombo historicamente só foi engordado. É crível? Da resposta derivam as possibilidades de o arcabouço fiscal vingar.

A regra de Haddad é transparente, concebida -sob a medida do presidente - para que, ao aumento de despesas que virá sempre, corresponda superior acréscimo de receitas. Será ritmo acompanhável? A questão é se o volume de gastos porvir transformará a regra fiscal - a capacidade de arrecadar exposta à luz do mundo real -em peça de ficção.

Haverá tanta carne alheia a cortar -e será possível cortá-la -de modo a que a nova regra fiscal não tombe logo atropelada, como destelhado de todo foi o teto de gastos? Há de onde extrair receitas para que a conta se equilibre pelo menos até o final deste governo? Porque as próprias balizas da proposta sugerem ser para voo curto.

As perguntas surgem. Não são vereditos. Apenas pulgas atrás da orelha do leigo esforçado.

Haverá tantas distorções tributárias cujas reversões possam fiar o plano fiscal por ao menos quatro anos? E, na hipótese de haver, estará o Parlamento disposto a bancar revisões que contrariem lobbies influentes com corpo dentro do Congresso?

Observando o arranjo das nuvens no horizonte e considerando que a sustentabilidade do arcabouço fiscal dependerá incondicionalmente de crescimento da arrecadação, crescentes sempre os gastos, o ignorante quer saber: o que uma possível, para muitos provável, recessão global, com efeitos negativos sobre o **PIB** do Brasil, significaria para o cumprimento da nova regra fiscal?

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Sem arcabouço, só há recurso para o básico

Edu Andrade/Ascom/MPO



rafaela gonçalves

Sem a aprovação do novo arcabouço fiscal, as despesas do governo com políticas sociais - como os programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida - podem ficar comprometidas no próximo ano. Se a regra fiscal não avançar, haverá espaço de somente R\$ 24,4 bilhões para o custeio da máquina pública - que inclui despesas administrativas, como contas de luz e água. Os números constam no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024, enviado ao Congresso na última sexta-feira.

A proposta considera a regra vigente do teto de gastos - mecanismo para limitar o crescimento das despesas públicas à **inflação** - e depende da aprovação da nova regra fiscal. Apesar da limitação, o PLDO conta com "despesas condicionadas", que preveem a aprovação do arcabouço, o que ampliaria o limite para R\$ 172 bilhões destinados aos recursos que ficam à disposição do governo para serem aplicados livremente.

"Esses R\$ 24 bilhões são apenas para custeio da máquina, para que a máquina não pare. Diante disso, a gente praticamente tem zero de espaço para despesas discricionárias", afirmou, ontem, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ao apresentar o PLDO. Sem o arcabouço, a chefe da pasta enfatizou que o governo não terá condições de contemplar as despesas previstas no orçamento. "Precisamos de uma nova regra para ter espaço fiscal para cumprir as determinações da constituição e despesas obrigatórias", destacou.

Na apresentação, ela enumerou uma série de políticas públicas do governo que estariam ameaçadas - como

a Farmácia Popular, o Auxílio Gás, as bolsas do Capes, o funcionamento e a manutenção de instituições federais de ensino superior, o Mais Médicos, entre outros.

"A autorização orçamentária para novos gastos, para o excesso de gastos orçamentários, dependerá da aprovação do novo arcabouço fiscal. São despesas condicionadas à aprovação. Se não for, não temos condições de cumprir as despesas que vamos apresentar. Se for aprovado, já estão cobertas", explicou.

Teto "inexequível"

Tebet definiu o atual teto de gastos como "inexequível". "Temos um teto de gastos que, se continuasse, não permitiria o uso de recursos para despesas como Bolsa Família e farmácia popular. A LDO traz realismo orçamentário e transparência", afirmou. Segundo ela, o projeto orçamentário para o próximo ano é "atípico", por ser apresentado em meio à transição da regra fiscal.

"Todos os programas sociais ficariam comprometidos. Esse é o grande motivo que nos anima a entender que o Congresso terá sensibilidade. O arcabouço seria a saída para cumprir aquilo que prometemos: responsabilidade social sem descuidar do fiscal", afirmou.

A proposta da nova regra fiscal deve ser enviada ao Congresso hoje - quando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estará de volta à Brasília, pois passou o dia em São Paulo cuidando de questões de saúde. Apesar de o orçamento estar condicionado ao arcabouço, Tebet ponderou que isso não serve como argumento para pressionar o Legislativo. Segundo a ministra, não há problema se o PLDO for aprovado antes do novo arcabouço.

"De forma alguma estamos colocando algum tipo de responsabilidade sobre o Congresso Nacional. Nada impede de aprovar a LDO antes e o arcabouço depois. O problema é a LOA (Lei Orçamentária Anual), que é só em dezembro", observou. Ela disse estar confiante sobre a aprovação do arcabouço e citou uma recente entrevista de Lira, que disse que o texto será aprovado rapidamente pela Câmara.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/18/all.pdf>

Aumento real do mínimo

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, garantiu, ontem, que o salário mínimo deve ter aumento real, acima da inflação, para 2024. Mas, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, apresentado na última sexta-feira, para se chegar ao valor de R\$ 1.389 há a incidência apenas da projeção de 5,16% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deste ano.

Só que o texto do PLDO faz a observação de que ao piso salarial podem ser incorporados outros fatores que façam com que tenha aumento real no próximo ano. "Não há a menor chance de o presidente não dar aumento real do salário mínimo em 2024. Tirase de qualquer lugar, mas o presidente não vai descumprir a promessa de campanha. O aumento será real. No primeiro momento, trabalhamos com piso. O incremento vai depender da aprovação do arcabouço fiscal e do incremento da receita", afirmou. O governo tem discutido a nova política de valorização real do salário mínimo desde o início do ano.

A peça orçamentária também estabelece como meta zerar o deficit público em 2024 e projeta superavit primário de 0,5% (R\$ 61,6 bilhões) e de 1% (R\$ 130,8 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 e 2026, respectivamente. Pela regra, há uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo. (RG)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/18/all.pdf>

O papel do Brasil na política global (Editorial)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sempre que pode, ressalta que o Brasil voltou a ser um dos protagonistas internacionais. Sua concorrida agenda confirma que, depois de quatro anos de isolamento, realmente, o país retomou o diálogo com atores de todas as vertentes, movimento fundamental para as ampliação das relações comerciais. Logo depois da posse, em janeiro último, o líder brasileiro esteve nos Estados Unidos, maior potência global, num esforço para o fortalecimento da democracia, e, na última semana, passou pela China, a segunda economia do planeta. É o retrato claro da multipolaridade defendida pelo Itamaraty.

Nesta semana, Lula aportará em Portugal e, sem seguida, passará pela Espanha, dois tradicionais aliados do Brasil. Em maio, participará da coroação do Rei Charles III, na Inglaterra, e da reunião do G7, no Japão, grupo que reúne os sete países mais industrializados do mundo. Líderes como o chanceler Olaf Scholz, da Alemanha, fizeram questão de visitar o chefe do Executivo brasileiro, que deve receber, em breve, o presidente da França, Emmanuel Macron. Desde o início do ano, o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, participou de quase 70 reuniões bilaterais, sendo 18 com chefes de Estado ao lado do presidente. Trata-se de um feito a ser comemorado.

Agora, é preciso que o país comece a colher os frutos desse amplo leque de contatos e que declarações polêmicas do presidente não coloquem em risco o reatamento das relações. O Brasil tem, no mercado internacional, um dos principais aliados para o crescimento econômico e um pilar importante para a boa saúde das contas externas. O forte avanço das exportações tem contribuído para o incremento do Produto Interno Bruto (**PIB**), ao mesmo tempo em que gera divisas para reforçar as reservas internacionais do país e conter os preços do dólar, que está sendo negociado abaixo de R\$ 5, um alívio para a inflação.

É visível a disposição do mundo em trazer o Brasil para o palco central dos grandes debates. Contudo, o país deve manter a diplomacia conciliadora, que nunca foi confundida como uma postura de subserviência. Muito pelo contrário. Há acordos, como o que envolve o Mercosul e a União Europeia, que esperam para sair do papel há mais de 20 anos. O momento, portanto, é de aparar as arestas para que decisões que vão

resultar em incremento da economia, em mais empregos e em aumento da renda se sobreponham a posições ideológicas. Os últimos quatro anos são o exemplo claro de como a ideologia custou caro ao Brasil.

O Estado brasileiro tem a exata noção de que os desafios globais são enormes e que terá função central para a consolidação do multipolarismo. Isso passa pelo reforço do Brics, acrônimo que reúne Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul, e também por parcerias estratégicas com os Estados Unidos e a União Europeia. Todos os países têm seus interesses, porém, não podem inviabilizar negociações em que a população, sobretudo, a mais vulnerável, seja a grande beneficiada. É a via de mão dupla que garantirá o jogo de ganha-ganha que se espera.

De forma mais imediata, as grandes lideranças têm a obrigação de encontrar um caminho para o fim da guerra entre Ucrânia e Rússia. É inaceitável que o maior conflito na Europa desde a Segunda Guerra Mundial esteja longe de um acordo de paz. O mundo todo sofre com tamanha aberração. A disputa na retórica só alimenta a tensão. É hora de todos baixarem as armas e selar a paz. No contexto atual, só há perdedores. Que o bom senso volte se sobreponha a pseudos ditadores e a oportunistas de plantão.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/18/all.pdf>

A hora e a vez de Ricardo Nunes - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Os investimentos públicos totais em infraestrutura caíram de 5,4% do **PIB** no final dos 80 para 0,6% do **PIB** em 2022, ou seja, nove vezes, com óbvio e forte efeito depressivo sobre o **PIB**. A causa básica está na disparada dos déficits previdenciários, algo pouquíssimo percebido. Tendo comentado o forte legado de Wellington Dias, com o seu Piauí, nessa área, cabe agora destacar a herança do trabalho que, iniciado por Bruno Covas, se segue com seu sucessor, Ricardo Nunes, atual prefeito de São Paulo, em contraste, por exemplo, com a do próprio estado de São Paulo. A pergunta básica a fazer é: em quantos anos os investimentos tenderiam a ser zerados em cada caso por conta especialmente do desastre previdenciário?

Voltando ao Piauí, sem ajuste previdenciário, os investimentos já teriam zerado ali em 2022. Graças ao que vem sendo feito, a média anual de 2022 até meados dos anos 2030 é de investimentos previsíveis ao redor de R\$ 1,3 bilhão por ano. Já em SP-esta-do, visto de 2019, o pico de R\$ 30 bilhões de investimentos da gestão Serra, a preços deste ano, tenderiam a zero já ali em 2026, não fossem os ganhos extraordinários de receitas obtidos mais recentemente, que empurraram o problema temporariamente para a frente.

E no caso da Prefeitura de São Paulo, onde estão disponíveis novos estudos atuariais que consolidam um período de 70 anos? Os resultados, aqui, impressionam bastante. Primeiro, porque, a preços de 2019, os investimentos desse ente tinham aumentado sistematicamente entre 1998 e 2014, passando de R\$ 2,3 bi para R\$ 5,6 bilhões anuais, implicando um crescimento médio real de 5,7% a.a., ante os menos expressivos 3,1% observados no caso do nosso **PIB**. Dali até 2017, houve queda real total de 60,7%, com os investimentos retornando, em termos reais, praticamente ao mesmo valor observado em 1998.

De 2017 em diante, contudo, tem-se o agravamento do problema previdenciário, e se abriram dois caminhos possíveis para a Prefeitura de São Paulo. Se a prefeitura não tivesse aprovado qualquer reforma desse sistema, e sem receitas novas, os cálculos mostram que seus investimentos teriam de cair do pico de R\$ 9,1 bilhões, observado em 2022, para apenas

cerca de R\$ 2 bilhões na primeira metade dos anos 2040.

Contudo, com base nas reformas já aprovadas e em fase de implantação, os investimentos paulistanos poderão se situar entre R\$ 8 bi e R\$ 10 bilhões em todo o período considerado nos cálculos atuariais, ou seja, entre 2026 e 2097, algo realmente surpreendente. É por isso que o importante esforço de reforma da previdência conduzido por Ricardo Nunes em São Paulo deve ter sequência nos próximos anos, para viabilizar o plano de investimentos que já pode começar a por em prática.

Aprovadas soluções tipo arcabouço fiscal, na forma como este apareceu na mídia, estar-se-á criando espaço para investimentos públicos nos níveis que o Brasil precisa? Dificilmente. A proposta prevê que o gasto se situe em 70% da arrecadação (seja ela qual for) e obedeça simultaneamente ao limite de crescimento médio de 2,5% a.a. Imaginando que a arrecadação possa subir à vontade (como sempre tende a acontecer por aqui...), provavelmente, a taxa de 2,5% será o limitador relevante. Ainda assim, mesmo com uma maior flexibilidade do lado dos gastos, se os gastos obrigatórios (tipo previdência, pessoal, saúde, educação etc.) crescerem às altas taxas dos últimos tempos, dificilmente haverá espaço para expandir os gastos do importante segmento de infraestrutura às taxas que se impõem.

Nesse contexto, mais importante do que deixar o gasto com os investimentos fora do controle é ter um plano efetivamente defensável para eles. Se ele for realmente defensável (por exemplo, com altas taxas de retorno social e/ou volume coerente com a correta meta de crescimento do **PIB**), sua subordinação a algum tipo de teto não será tão relevante assim.

A saída mais eficaz é a que venho pregando há algum tempo. Trata-se de abrir espaço orçamentário relevante e firme, conforme os casos explicados anteriormente. Dado que, hoje em dia, com base em dados observados em 2021, o principal gasto obrigatório, Previdência, representa 51% do gasto total da União, e o gasto com a principal prioridade do governo, assistência social, 16,4%, totalizando, apenas esses dois itens, 68,2% do total (quando, em 1987, um ano antes da atual Constituição, esses números eram, respectivamente de 19,32 e 9,1%,

totalizando 28,3% do total). A saída, então, é uma só. Trata-se de equacionar ou zerar o déficit atuarial ou previdenciário dos regimes próprios, missão essa, aliás, cuja obrigatoriedade foi colocada em 2019 na própria Constituição (Cf. inciso 1º. do Artigo 9º. da EC103/19), mas pouquíssimos entes têm se dedicado a enfrentá-la.

Para concluir, um exemplo altamente relevante de quem está fazendo o dever de casa é o da Prefeitura de São Paulo, cujo equacionamento previdenciário é um dos mais avançados do país. Só assim será possível abrir espaço financeiro nos orçamentos para promover a recuperação dos combalidos investimentos públicos. Ou, de resto, para destinar parte da sobra ao resgate de parcela da dívida pública, ainda que apenas potencialmente.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
A hora e a vez de Ricardo Nunes

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/04/2023/p1>

FGV lança índice de inflação para acompanhar mudanças em hábitos de consumo das famílias

Leonardo Vieceli

O FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) apresenta neste mês um novo índice de **inflação**. Trata-se do IPGF (Índice de Preços dos Gastos Familiares).

Com caráter experimental, o indicador foi elaborado a partir de uma cesta de bens e serviços cujos pesos são atualizados mensalmente.

A novidade é que essa atualização é feita a partir de mudanças no padrão de consumo das famílias, segundo o economista André Braz, coordenador dos índices de preços do FGV Ibre.

Um dos objetivos é mostrar o comportamento dos preços quando há substituição de bens e serviços na cesta dos consumidores.

"A principal inovação do índice é a velocidade com que ele incorpora a mudança dos hábitos de consumo das famílias", afirma Braz.

Inicialmente, o IPGF foi calculado para o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2022. A divulgação referente a janeiro de 2023 deve ocorrer ainda em abril.

Os dados são levantados a partir dos pesos de bens e serviços no Sistema de Contas Trimestrais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que reúne informações sobre o consumo das famílias.

Esses números são convertidos a uma frequência mensal com base no Monitor do **PIB** (Produto Interno Bruto), do FGV Ibre.

Conforme Braz, o IPGF tenta capturar de maneira mais rápida o efeito das mudanças na cesta de consumo se comparado a outros índices de **inflação**, como o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), do FGV Ibre, e o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE.

O IPCA é o indicador oficial de **inflação** do Brasil. Sua cesta de bens e serviços e os respectivos pesos são

determinados a partir da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares).

A POF, também divulgada pelo IBGE, aponta o que as famílias consomem e a participação de cada gasto no orçamento.

A pesquisa, contudo, tem sido realizada em média a cada seis anos, considerando as últimas três décadas, segundo o FGV Ibre. Os dados mais recentes da POF são de 2017 e 2018.

No acumulado de 12 meses, o IPCA fechou 2022 com alta de 5,79%. O IPGF teve alta menor, de 4,93%, no mesmo período.

No novo indicador, o peso da alimentação no domicílio chegou a alcançar mais de 18% da cesta em junho de 2020, período marcado por restrições à circulação de pessoas na pandemia. Essa fatia no IPCA era de cerca de 14% em igual mês.

O aumento do percentual no IPGF, diz Braz, é um exemplo das mudanças no padrão de consumo. "As famílias ficaram mais em casa na pandemia. Isso fez a alimentação ganhar mais peso", afirma.

Com a trégua da crise sanitária e a reabertura da atividade econômica, os dois índices passaram a registrar peso similar para a alimentação no domicílio. Em dezembro de 2022, esse segmento marcou 16,43% no IPGF e 16,03% no IPCA.

O novo índice do FGV Ibre abrange 52 bens e serviços. O IPCA, por sua vez, é mais amplo, envolvendo 377 subitens, como são chamados os bens e serviços.

Site:

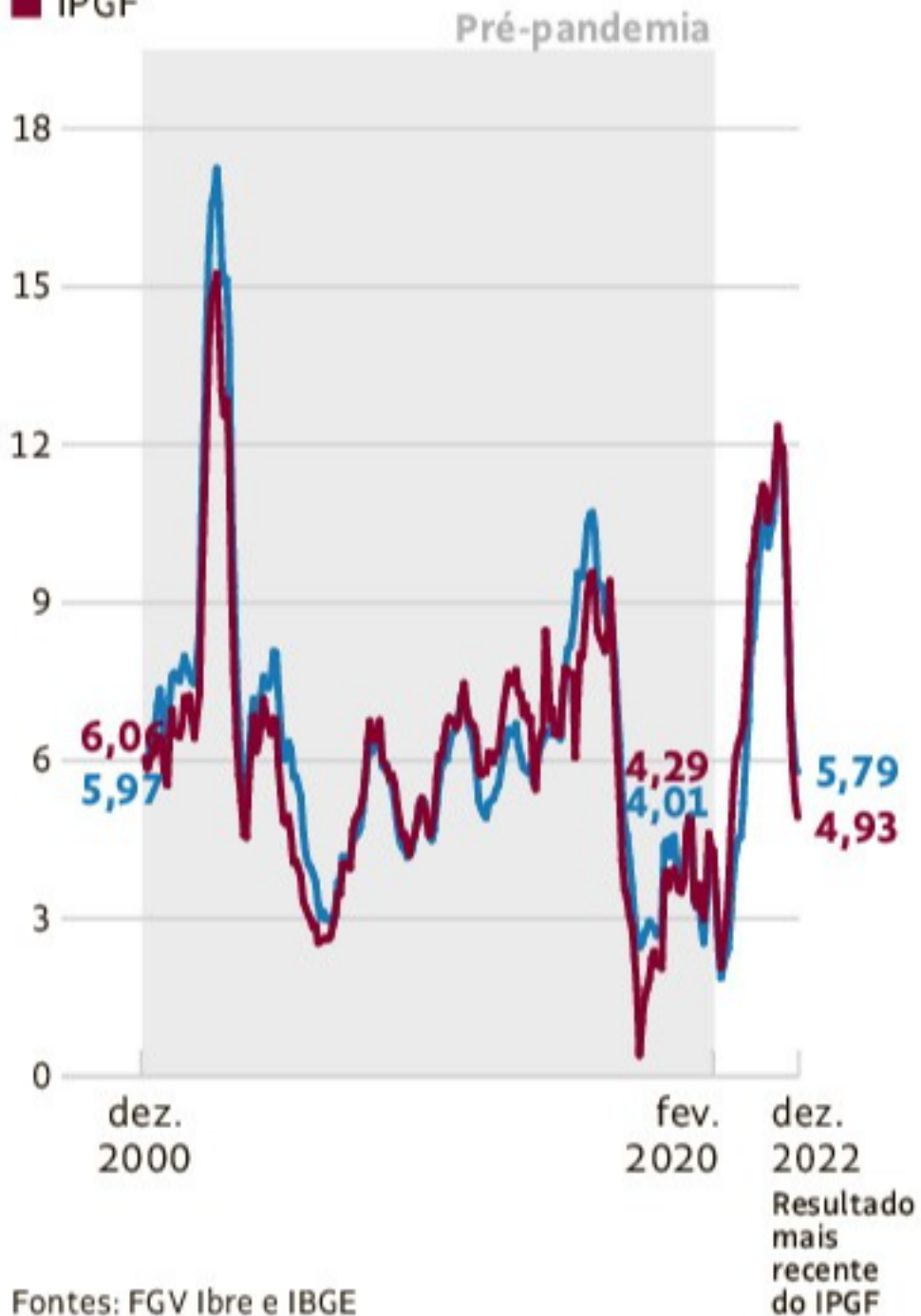
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50250&maxTouch=0&_ga=2.99517723.48622004.1681712567-1380897342.1635735907

Inflação acumulada em 12 meses

Em %

■ IPCA

■ IPGF



STF julga se correção do FGTS de 3% mais TR é constitucional

Cristiane Gercina

O STF (Supremo Tribunal Federal) colocou na pauta de julgamentos desta quinta-feira (20) a ação conhecida como revisão do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Esperado há cerca de nove anos, o julgamento deve definir se a correção atual do Fundo de Garantia -de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial)- é constitucional.

O caso chegou ao Supremo em 2014, após estudo encomendado pelo partido Solidariedade e pela Força Sindical apontar perdas consideráveis ao trabalhador. Na época, o levantamento mostrou que a correção dos valores trouxe prejuízo de 88,3% ao dinheiro depositado no FGTS de 1999 até 2013.

O ex-deputado Paulo Pereira da Silva (SDD), o Paulinho da Força, era presidente da central sindical na época e foi um dos responsáveis por entrar com a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5.090.

O pedido é para que a TR seja descartada e a Justiça adote algum índice de **inflação**, que pode ser o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial) ou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Segundo Paulinho da Força, está prevista para a quarta-feira (19) uma audiência com o ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso, em conjunto com representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Solidariedade.

A intenção do sindicalista é tentar costurar um acordo sobre a revisão. "Eu acho que o ideal seria que o Supremo Tribunal Federal desse um prazo para o governo negociar, porque é muito dinheiro. O único jeito de receber é fazendo um acordo", diz. O passivo é calculado por especialistas em cerca de R\$ 700 bilhões.

A AGU (Advocacia-Geral da União), que representa a Caixa Econômica Federal na ação, estimou gastos em torno de R\$ 300 bilhões, em petição apresentada em 2014.

Segundo especialistas, todos os trabalhadores com conta no Fundo de Garantia a partir de 1999 podem ser beneficiados. Há 117 milhões de contas ativas ou

inativas de cerca de 70 milhões de profissionais. Se a TR for considerada inconstitucional, a expectativa de advogados é que mesmo quem não entrou com ação na Justiça pode ser beneficiado caso haja a mudança de índice, mas apenas quem ingressou no Judiciário é que poderá receber os valores atrasados.

O advogado Antônio Carlos do Amaral Maia, do Amaral Maia Sociedade Individual de Advocacia, orienta os trabalhadores a entrarem com ação o quanto antes. Ele diz que, se houver modulação, o STF pode limitar a causa e garantir pagamento apenas a quem ingressou no Judiciário até a data do julgamento.

É possível entrar com processo no Juizado Especial Federal, sem advogado, mas, caso haja recurso por parte da Caixa, administradora do fundo, será necessário nomear um defensor em prazo curto.

O trabalhador que decidir entrar com a ação agora deverá ter em mente que não há garantia de vitória e também que a modulação (a definição dos parâmetros de alcance de uma decisão judicial) poderá excluir processos recentes.

ENTENDA O QUE DEVE SER DEFINIDO PELO STF

O QUE É A REVISÃO DO FGTS?

É uma ação judicial na qual se questiona a constitucionalidade da correção do dinheiro depositado no Fundo de Garantia. Hoje, o retorno do FGTS é de 3% ao ano mais a TR (Taxa Referencial), que rende próxima de zero. Com isso, a atualização do dinheiro fica abaixo da **inflação**, deixando de repor as perdas do trabalhador.

Segundo Paulinho, desde 1999, quando houve modificação no cálculo da TR, os trabalhadores acumulam perdas. A revisão corrigiria essas perdas, que chegaram a 88,3% até 2013.

O QUE O SUPREMO VAI DECIDIR SOBRE O FGTS?

O Supremo decidirá se a correção aplicada hoje é constitucional ou não. Os defensores da tese acreditam na inconstitucionalidade porque a fórmula atual não repõe as perdas da **inflação**, fazendo com que os trabalhadores tenham prejuízo ao deixar o

dinheiro no fundo.

A ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5.090 solicita que os valores do Fundo de Garantia sejam corrigidos por um índice inflacionário. Entre eles estão o INPC, usado nas negociações de reajuste salarial, e o IPCA-E, que foi base para o pagamento dos precatórios do governo até o final de 2021.

A ação surgiu após o Supremo decidir, em 2014, que o governo não poderia usar a TR para corrigir os precatórios. Segundo o advogado Antônio Carlos do Amaral Maia, em ao menos três julgamentos o Supremo entendeu que a TR é inconstitucional.

"Está bem pacificada a jurisprudência no Supremo quanto à inconstitucionalidade da TR. Foram três grandes julgamentos: o primeiro foi dos precatórios, depois de ações das fazendas estaduais e federais, e terceiro, das causas trabalhistas, no fim de 2020, quando a TR foi unanimemente considerada inconstitucional", diz.

POR QUE SE QUESTIONA A CORREÇÃO DO DINHEIRO DO FGTS?

O motivo é que a TR, usada para corrigir o dinheiro do fundo, tem rendimento muito baixo, próximo de zero, fazendo com que os trabalhadores não consigam repor seu poder de compra com o saldo do dinheiro do FGTS.

Em 2014, data do início da ação, estudo da Força Sindical mostrou que um trabalhador que tinha R\$ 1.000 no ano de 1999 no Fundo de Garantia tinha, em 2013, R\$ 1.340,47. Se fosse considerada a **inflação** medida pelo INPC, usado na correção de salários, o valor deveria ser de R\$ 2.586,44, uma diferença de R\$ 1.245,97.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50250&maxTouch=0&_ga=2.99517723.48622004.1681712567-1380897342.1635735907

Brasil corre risco de ficar estagnado (Editorial)

Os brasileiros não podem contar com um crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) significativo neste e no próximo ano, mostram os principais indicadores macroeconômicos. O dado mais recente nesse sentido foi o recuo de 0,04% em janeiro do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR).

Com isso, houve uma queda de 1,28% no trimestre encerrado em janeiro.

Na semana passada, foi a vez de o Fundo Monetário Internacional (FMI) acompanhar as previsões de bancos e consultorias ao revisar para baixo a estimativa de crescimento do País. Em janeiro, a entidade esperava um aumento - modesto - de 1,20% do **PIB**; agora a expectativa é de que a expansão nem chegue a 1% e fique em apenas 0,90%. Essa é também a média das estimativas colhidas pelo BC no mercado financeiro no Boletim Focus. O que significa que vamos crescer em 2023 menos do que países como a Índia e o México e muito menos do que o necessário para reduzir a desigualdade de renda e a criação de empregos com salários menores.

Mais alarmante ainda é a perspectiva de que também 2024 seja um ano muito fraco economicamente, como mostram as projeções do FMI e dos especialistas. Um dos pontos de estrangulamento do **PIB** é a oferta de crédito muito restrita, como projetam os próprios bancos.

Numa consulta feita pela Febraban e divulgada na semana passada, os bancos informaram que vão aumentar em apenas 5,1% a concessão de financiamentos para empresas, para citar só um dado.

Sem crédito, empresas e consumidores já estão com a roda travada. Aumentaram a inadimplência e os pedidos de recuperação judicial, caiu o número de fusões e aquisições, diminuiu ou acabou o interesse em expandir fábricas e lojas e os negócios de forma geral.

Uma das razões para esse cenário, como já foi apontado muitas vezes, é o nível elevado das taxas de juros em termos reais no Brasil. Mas não se pode descartar o impacto de outros acontecimentos, como os problemas contábeis das Lojas Americanas, que tornaram os bancos mais cautelosos em liberar empréstimos. Também pesou o cenário internacional,

com o susto no mercado financeiro dado por dificuldades em bancos nos Estados Unidos e na Suíça.

Não há dúvidas também que essa situação é resultado, em parte, da política econômica tocada pelo recém-encerrado governo de Jair Bolsonaro. Seu superministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu mundos e fundos na política fiscal e no crescimento do **PIB**. É certo que houve pandemia e guerra na Ucrânia, fatores que obviamente impactam o resultado, mas a desorganização das contas, promovida pelo populismo eleitoral de Bolsonaro, nada teve a ver com a covid-19 nem com a agressão russa.

O governo Lula deu alguns passos importantes para promover o crescimento do **PIB**, como o anúncio de um programa fiscal, conforme pedia o mercado financeiro, mas é preciso mais. Falta um plano ambicioso, a ser tocado em conjunto com o setor privado, que tire o Brasil de um padrão de crescimento de ridículos 2,3% em média ao ano, como se verificou nos últimos 40 anos. Lula pode se queixar do pessimismo, mas só lamúrias não farão o Brasil sair de sua longa pasmação.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50250>

Mercado reduz previsão para juro de 2023 pela 1ª vez em um ano e meio

CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobo.com.br

Analistas de mercado reduziram suas previsões para a taxa básica de juros, a Selic, para o fim de 2023 pela primeira vez em um ano e meio, enquanto o governo se prepara para enviar hoje ao Congresso a proposta do novo arcabouço fiscal. Segundo o Boletim Focus, relatório semanal divulgado pelo Banco Central (BC) com previsões de analistas de mercado, a Selic cairá para 12,5% até dezembro deste ano, abaixo da estimativa anterior, de 12,75%. Foi a primeira redução para 2023 desde outubro de 2021.

Analistas agora veem um ciclo de flexibilização a partir de setembro, com um corte de 0,25 ponto percentual, seguido por reduções de 0,5 ponto percentual em cada uma das duas reuniões seguintes do Copom.

- A **inflação** corroborou bastante, mas a corrida do governo para a apresentação do texto e a resolução, com responsabilidade de entrega de resultado primário, estão fazendo com que o mercado tenha mais confiança - resume Ariane Benedito, diretora de Relações com Investidores da Esh Capital.

Christian Meduna, economista do BV, avalia que os analistas estão vendo "o arcabouço andando": - E começam a dar o benefício da dúvida para uma possível melhora do resultado primário à frente - diz.

A proposta do novo arcabouço substitui o teto de gastos, a regra vigente hoje, que limita o crescimento das despesas à **inflação** do ano anterior.

A nova proposta prevê metas para as contas públicas com resultados graduais até 2026, quando se espera atingir superávit primário de 1% do **PIB**. Mas a meta será cumprida se ficar 0,25% acima ou abaixo deste patamar. A proposta limita o crescimento das despesas a 70% da variação real da receita primária líquida acumulada nos 12 meses até junho do ano anterior - assegurados um piso de 0,6% e um teto de 2,5% de crescimento dos gastos acima do índice de preços. Embora a proposta tenha sido bem recebida, analistas ponderam que será necessário forte crescimento da receita.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tebet: não há a menor chance de Lula não reajustar o piso



A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou ontem que "não há a menor chance" de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não aprovar um aumento real do salário mínimo em 2024, ou seja, acima da **inflação**. Esse percentual, porém, vai depender do arcabouço fiscal, diz ela. A nova regra para as contas públicas chega ao Congresso Nacional hoje.

-Não há a menor chance de o presidente não dar aumento do salário mínimo. O presidente não vai descumprir uma promessa de campanha. O aumento vai ser real. O quanto (de aumento) vai depender da aprovação do arcabouço, de incremento de receitas e corte de gastos do outro -disse a ministra.

O governo prevê um salário mínimo de R\$ 1.389 em 2024, de acordo com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o primeiro feito sob a nova gestão. Esse valor considera apenas um aumento pela **inflação**, ou seja, sem aumento real. A proposta dá as bases do Orçamento do próximo ano e foi entregue ao Congresso na última sexta-feira.

O número exato do salário mínimo, porém, só será oficializado pelo governo em janeiro de 2024, quando a **inflação** deste ano estará fechada. O salário mínimo hoje é de R\$ 1.302, mas subirá para R\$ 1.320 em maio.

A primeira LDO do governo Lula foi feita com base na

regra do teto de gastos, que ainda está em vigor, com fortes restrições de gastos públicos. O teto trava as despesas federais à **inflação** do ano anterior. Isso explica um salário mínimo sem ganho real. Ao mesmo tempo, a propos Tebet "O presidente não vai descumprir uma promessa de campanha" ta também tem um cenário alternativo, considerando o novo arcabouço fiscal. Se o arcabouço for aprovado pelo Congresso, os gastos serão ampliados. Neste momento, são R\$ 172 bilhões de despesas condicionadas ao arcabouço.

Hoje, a correção do mínimo é feita com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), um indicador que aponta a **inflação** de quem tem renda de até cinco salários mínimos. Lula quer aplicar um valor acima desse percentual.

POLÍTICAS AMEAÇADAS A definição do piso é relevante porque o valor serve de base para o reajuste de benefícios como aposentadorias e pensões.

Tebet destacou ainda que, sem o arcabouço, políticas públicas como os programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida podem ficar comprometidas em 2024: -Se não aprovarmos o arcabouço não temos recursos para o Minha Casa Minha Vida, para a manutenção da malha rodoviária, para a educação, para bolsas, para funcionamento de instituições superiores de ensino. Todos os programas sociais ficariam comprometidos naquilo que avançou do ano passado para cá.

Se a nova regra fiscal não avançar, do total de R\$ 196,35 bilhões de despesas discricionárias estimadas para o próximo ano, restariam apenas R\$ 24,35 bilhões para os gastos livres dos ministérios, segundo a ministra: - Esses R\$ 24 bilhões são só para custeio da máquina, para que a máquina não pare. (Manoel Ventura)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Crescimento global virá da China, Índia e EUA, aponta FMI

AlexTanzi Bloomberg

A China será o país que mais vai contribuir para o crescimento mundial nos próximos cinco anos, com sua parcela devendo ser duas vezes maior que a dos Estados Unidos, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A fatia da China na expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial deverá representar 22,6% do crescimento até 2028, segundo cálculos da Bloomberg com base nos dados do FMI divulgados na semana passada. A Índia vem em seguida, com 12,9%, enquanto que os EUA contribuirão com 11,3%.

O FMI prevê que a economia mundial crescerá cerca de 3% nos próximos cinco anos, sentindo o peso do aumento das taxas de juros. A perspectiva para esse período é a mais fraca em mais de três décadas, com o FMI conclamando as nações a evitarem a fragmentação econômica causada pelas tensões geopolíticas e a adotar medidas para aumentar a produtividade.

No total, 75% do crescimento mundial deverá se concentrar em 20 países e mais da metade nos quatro primeiros: China, Índia, EUA e Indonésia. Embora o G-7 vá representar uma parcela menor, Alemanha, Japão, Reino Unido e França estão entre os dez maiores contribuintes.

Brasil, Rússia, Índia e China - grupo conhecido como Brics, termo cunhado por Jim O'Neill, ex-economista do Goldman Sachs - deverão contribuir com quase 40% do crescimento mundial até 2028.

As quatro nações estabeleceram um fórum em 2009 e o bloco se transformou nos Brics um ano depois, quando a África do Sul - a menor economia do grupo - foi admitida, uma decisão que contrariou O'Neill. O crescimento da África do Sul deverá ser anêmico nos próximos cinco anos, contribuindo com cerca de meio ponto percentual para o total mundial.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187522?page=1§ion=1>

Nova âncora fiscal (Artigo)

Luciano Nakabashi é doutor em economia e professor associado da FEARP/USP

A proposta da nova âncora fiscal prevê uma elevação dos gastos entre 0,6% e 2,5% acima da inflação, crescimento das despesas limitado a 70% da variação das receitas primárias, investimentos públicos em torno de R\$ 75 bilhões e metas de superávit primário. Devido à sua vinculação constitucional, os investimentos em educação, em particular no Fundeb, estão excluídos do limite de gastos estabelecido.

É positivo que os principais pontos da nova âncora fiscal sejam conhecidos e que haja um mecanismo que garanta crescimento das despesas a uma taxa menor do que a de receitas primárias, permitindo que a situação atual de déficit primário passe para superávit ao longo dos próximos anos, inclusive com previsão de geração de superávit de 0,5% do PIB a partir de 2025.

Outro ponto interessante na proposta é a inclusão de bandas, onde as metas de resultado primário seriam alcançadas dentro de uma faixa de variação, com uma margem de 0,25% para mais ou para menos. As bandas são relevantes para que se possa ter desempenho abaixo da meta em momentos de menor crescimento do PIB, com superávits acima da média em momentos de crescimento mais elevado, tornando a âncora fiscal anticíclica para ajudar na suavização dos ciclos econômicos.

Por outro lado, seria desejável que o foco do novo arcabouço fiscal tivesse como objetivo explícito controlar a trajetória da dívida pública em relação ao PIB. Para isso, dever-se-ia focar na geração de superávits fiscais que fossem condizentes com tal objetivo, controlando, sobretudo, o aumento dos gastos públicos.

Considerar que sempre haverá crescimento real dos gastos em, no mínimo, 0,6% ao ano implica um grande esforço na elevação das receitas para que as metas de superávit primário sejam alcançadas, o que pode ocorrer via crescimento da economia, aumento da carga tributária ou redução de benefícios fiscais, levando a aumento da carga tributária em períodos de baixo crescimento, o que pode penalizar ainda mais o desempenho econômico.

Portanto, para evitar um foco excessivo na elevação das receitas, o limite mínimo do crescimento dos gastos deveria permanecer o mesmo que a inflação

do ano anterior, enquanto o crescimento máximo deveria girar em torno de 1% acima da inflação passada. Nesse sentido, uma agenda que reduza o crescimento estrutural dos gastos é crucial, sendo que as dificuldades enfrentadas pelo atual teto de gastos foram decorrentes justamente da implementação parcial de reformas que não foram suficientes para manter os gastos públicos controlados.

Adicionalmente, as metas de superávit primário deveriam estar relacionadas à razão Dívida/PIB e com uma meta para que tal razão fosse alcançada em um horizonte de tempo limitado como, por exemplo, dez anos.

Assim como a taxa de juros é o instrumento para se atingir uma meta de inflação, o superávit primário deveria ser utilizado para se alcançar uma determinada relação Dívida/PIB anunciada previamente. O superávit primário escolhido deveria ser decorrente de exercícios realizados pela equipe econômica para se atingir a razão Dívida/PIB estabelecida como meta de acordo com o horizonte relevante de tempo.

Cláusulas de escape deveriam ser desenhadas para momentos críticos, como rápidas mudanças no cenário internacional ou nacional, como ocorreu recentemente com a pandemia da covid-19 ou com a crise financeira internacional iniciada nos EUA entre 2007 e 2008. No entanto, após tais eventos, as metas de superávit primário e o horizonte relevante deveriam ser reajustados para se alcançar a meta Dívida/PIB pré estabelecida.

Um processo que resulte em uma trajetória favorável da relação Dívida/PIB associado a uma redução na taxa de juros poderá impulsionar o aumento dos investimentos produtivos e o crescimento econômico de forma sustentável. Portanto, para estimular o desempenho da economia brasileira, a implementação de uma âncora fiscal que melhore a situação das contas públicas no médio prazo e que seja estável é um elemento chave. O foco deve ser no controle dos gastos, visto a elevada carga tributária no país. As regras devem ser claras e estáveis de tal forma que minimize a pressão por gastos que surge no processo político com fins eleitorais.

Outro ponto chave é que a âncora fiscal deve gerar superávits maiores à medida que a economia cresce, uma vez que, em momentos de baixo crescimento ou recessão econômica, há uma pressão natural para

aumentar os gastos públicos e estimular a economia. Seria razoável excluir os estabilizadores automáticos da meta de superávit, como os gastos com seguro-desemprego, por exemplo. Adicionalmente, o foco no controle dos gastos também deixaria de fora outro estabilizador, que é a queda da receita em períodos de fraco crescimento, além de melhorar o orçamento em momentos de maior crescimento, uma vez que a arrecadação está relacionada ao desempenho econômico.

A proposta apresentada do novo arcabouço fiscal acerta em pontos que são relevantes, mas é preciso restringir mais o crescimento dos gastos públicos para fornecer maior credibilidade, além de um foco explícito na relação Dívida/**PIB** e de uma agenda de reformas complementares para assegurar o controle dos gastos públicos para que se tenha êxito nessa empreitada e, dessa forma, estimular o crescimento da nossa economia.

Não existem atalhos para estimular o crescimento econômico de forma sustentável. É necessário fazer o dever de casa, pois já passamos por inúmeros tentativas de forçar o crescimento econômico com foco no curto prazo que, no final das contas, levaram, pelo menos parcialmente, a quase estagnação da economia brasileira nas últimas quatro décadas.

Luciano Nakabashi é doutor em economia e professor associado da FEARP/USP

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187522>

Dólar se alinha ao exterior e sobe enquanto mercado espera arcabouço

Arthur Cagliari, Augusto Decker, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

A sessão de ontem foi de pouca liquidez e variação para os ativos locais, na medida em que investidores seguiram à espera da divulgação do texto do arcabouço fiscal, que deve ser entregue hoje pelo governo ao Congresso Nacional. Destaque para o dólar à vista, que interrompeu a sequência de pregões de depreciação contra o real na sessão, refletindo recuperação global da moeda americana.

No fim do dia, a divisa registrou alta de 0,43%, cotada a R\$ 4,9362, enquanto o Ibovespa cedeu 0,25%, aos 106.016 pontos. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 subiu de 13,19% para 13,22%; e a do DI para janeiro de 2027 recuou de 11,74% para 11,725%, em pregão pouco líquido. O volume negociado no contrato mais líquido do mercado de juros, o DI para janeiro de 2025, foi de R\$ 31,94 bilhões, enquanto a média diária negociada no contrato em 2023 é de R\$ 61 bilhões.

Os investidores seguiram aguardando o detalhamento da proposta de arcabouço fiscal, que, segundo o líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE), será entregue ao Congresso pelo Executivo nesta terça-feira e pode ser aprovado em menos de 20 dias. Nessa linha, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), afirmou em entrevista que o texto do novo marco fiscal do país deve ser aprovado "sem dificuldades".

O contexto de aparente melhora na percepção de risco fiscal pelos agentes de mercado gerou expectativa por uma possível redução nas projeções de **inflação** para os anos seguintes no relatório Focus do Banco Central, fato que não se concretizou. A mediana das projeções dos economistas do mercado para a **inflação** oficial brasileira de 2023 subiu de 5,98% para 6,01%, e, para 2024, também avançou, de 4,14% para 4,18%. Para 2025 e 2026, permaneceu em 4%.

"O boletim Focus mostrou leve piora nas estimativas de **inflação** e de crescimento econômico, porém pela primeira vez em pouco mais de três anos indicou uma perspectiva de queda na taxa Selic esperada para dezembro de 2023. A projeção para a taxa básica referencial recuou para 12,5%, ante os 12,75% que vigoravam desde a edição de 10 de fevereiro",

afirmam os profissionais da Ágora Investimentos.

Lucas Tambellini, sócio da Sumauma Capital, aponta que a recuperação exibida pelos ativos locais na semana passada veio após forte movimento negativo e que ainda não dá para falar que existe melhora relevante no ambiente. No entanto, diz que os ativos podem se beneficiar com a suplantação do tema fiscal nas próximas semanas e com a discussão sobre uma antecipação do início do ciclo de cortes de juros, que entrou em pauta.

"Vai demorar para entendermos se o arcabouço fiscal funciona, porque depende da arrecadação, mas serviu para mostrar que teremos alguma regra e que a ala do ministro Fernando Haddad tem certa força no governo. A apresentação do texto e uma aprovação célere no Congresso também ajudam na margem, porque tiram o assunto da frente", diz, acrescentando que espera mais dificuldades na questão tributária.

Lá fora, o dólar já demonstrava algum fôlego durante a manhã, mas passou a ganhar ainda mais força após o índice Empire State de atividade industrial americana vir em linha com a expectativa de economistas. Vale apontar que o setor imobiliário tem sofrido com o processo de aperto dos juros nos EUA.

"Se olharmos para todas as moedas, podemos ver que o real não está ruim. Até considerando que o real valorizou muito na semana passada, com essa força do dólar lá fora, poderíamos ver uma queda maior, mas acompanhamos os pares", diz o economista Victor Beyruti, da Guide Investimentos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187522>

Elogio à política monetária brasileira



A primeira vice-diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Gita Gopinath, elogiou a política monetária brasileira por meio de sua conta no Twitter. A dirigente do órgão avaliou que "o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, tem apertado apropriadamente a política monetária para trazer a **inflação** para baixo". Campos encontrou-se ontem com os dirigentes do Fundo, quando fez uma exposição detalhada sobre o cenário econômico do país. Gopinath classificou como produtiva a reunião sobre **inflação** e ressaltou ainda os planos do Banco Central para emitir uma CBDC - moeda digital emitida por um banco central. Trata-se da versão digital do real brasileiro, que tem previsão de lançamento para 2024 e encontra-se em fase de desenvolvimento e testes.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187522>

Projeção de Selic para 2023 recua no Focus

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

No contexto de melhora na percepção de risco fiscal pelos agentes de mercado, de uma surpresa positiva com os dados de **inflação** corrente do mês de março e de um câmbio mais apreciado, a mediana das projeções dos economistas para a taxa Selic no fim de 2023 no Relatório Focus do BC exibiu queda pela primeira vez desde maio do ano passado, caindo de 12,75% para 12,50%. Neste cenário, algumas casas já passaram a trabalhar com taxas de juros menores no fim de 2023 ainda que as incertezas relacionadas às metas de **inflação** - que só devem diminuir após a reunião do CMN, no fim de junho - possam retardar o início do ciclo de afrouxamento monetário.

A Bradesco Asset Management, por exemplo, revisou suas projeções de Selic para o fim de 2023 de 13% para 12,5% recentemente. Segundo o economista-chefe da instituição, Marcelo Toledo, a alteração na estimativa se deu pela perspectiva de um aperto monetário menos intenso nos EUA, o que deve ter impactos no mercado doméstico por meio de um câmbio mais apreciado. Além disso, ele cita um cenário-base para a atividade econômica mais fraco que o do BC e a perspectiva de que o processo desinflacionário deva se consolidar a partir do terceiro trimestre-hipótese que ganha força com o comportamento benigno dos preços no atacado nos últimos meses.

No entanto, o economista não acredita que o processo de revisão nas projeções para a Selic em 2023 deva ganhar força nas próximas semanas. "Acho que os economistas viram essa combinação de uma leitura um pouco mais benigna da **inflação** de curto prazo e me parece, também, que o câmbio acaba contribuindo. Além disso, as revisões de atividade foram marginalmente para baixo. Mas não vejo um movimento adicional muito importante porque o mercado vai seguir com a leitura que, na melhor das hipóteses, o juro cai em agosto. É difícil que a média do mercado antecipe os cortes para antes de agosto, dado que só teremos a definição da meta de **inflação** em junho", afirma o economista da Bram.

Já o economista-chefe do BV, Roberto Padovani, acredita que os fatores que levaram à redução nas projeções de Selic no Focus divulgado ontem não devem permanecer no curto prazo. Segundo ele, a direção do dólar deve ser para cima daqui em diante; a **inflação** corrente deve voltar a subir nos próximos meses devido ao efeito-base; e o governo deve ter

dificuldade em entregar os superávits que prometeu no projeto de arcabouço fiscal.

Mesmo assim, para Padovani, ainda que a **inflação** corrente volte a subir nos próximos meses, o processo de desinflação, no Brasil e no mundo, deve ganhar corpo e dar segurança para o BC sinalizar o início da redução na Selic. "O processo de desinflação vai ficar mais claro e consolidado nos próximos meses. Talvez no curto prazo o mercado esteja olhando para o câmbio e a **inflação** corrente, mas a nossa leitura é que haverá uma consolidação do processo desinflacionário em 2024. Isso vai permitir um ajuste das taxas nominais de juros que não vão implicar em um afrouxamento monetário", afirma.

Segundo ele, assumindo um juro real de 6%, haveria espaço para a taxa Selic cair para cerca de 12% em 2023. Em 2024, com a queda da **inflação** para cerca de 4%, haveria espaço para uma redução da Selic até os 10%, sem que isso implicasse, necessariamente, em uma política mais frouxa. O BV espera o primeiro corte de juros em agosto.

Para o economista-chefe da Daycoval Asset, Rafael Cardoso, existia um temor no mercado quanto a um cenário com ausência de regras fiscais e o arcabouço fiscal minimizou esses riscos de cauda. "Quando esses riscos são retirados da conta, as pessoas que acreditavam nos cenários mais negativos começam a antecipar o início dos cortes nos juros", afirma. Para ele, a antecipação no ciclo de cortes de juros no Focus é um movimento coerente, que vai na linha do cenário da instituição, de cortes de juros em setembro.

Cardoso, porém, se diz mais cético em relação à precificação da Selic na curva de juros, que embute alguma chance de desaperto monetário já em junho. "Um dos grandes temas para o BC cortar os juros, que é o arcabouço, está parcialmente clarificado, mas ainda existem algumas incertezas. No entanto, existem outros problemas, como a possível revisão da meta de **inflação** em junho. E, por mais que o BC veja a atividade cedendo na margem e a **inflação** corrente convergindo, as expectativas seguem acima da meta. A reunião do CMN de junho é importante para superar essa incerteza", diz.

Nesse sentido, o economista da Daycoval Asset acredita que a autoridade monetária poderá antecipar o ciclo de flexibilização monetária para agosto, mas não para o segundo trimestre, já que a reunião do CMN de junho está agendada para ocorrer depois da

decisão do Copom. "Parece mais prudente, pela ótica do BC, observar a reação das expectativas de **inflação** por algumas semanas e só a partir de então começar a reduzir os juros. Se o BC optar por uma atitude mais prudente, só sinalizaria algo em agosto e começaria a reduzir a taxa Selic somente em setembro", afirma Cardoso, que projeta o juro básico em 12,5% no fim deste ano e em 9% em 2024.

A economista-chefe da Gap Asset, Anna Reis, por outro lado, não descarta a possibilidade do desaperto monetário ter início em junho no país. "Nós tínhamos uma cabeça de que o Banco Central só conseguiria começar a cortar os juros no último trimestre, porque as expectativas de **inflação** continuaram se deteriorando. No entanto, o cenário melhorou um pouco, vimos o dólar caindo para R\$ 4,90 e acho que o viés, agora, é o de antecipar o corte nos juros", diz.

"Não entra no nosso cenário-base, mas é uma possibilidade. O dólar mais baixo entra no modelo; as expectativas parecem ter feito topo; e a **inflação** corrente pode continuar a se mostrar bem comportada. Isso pode acalmar as expectativas", afirma a economista.

Na visão de Reis, caso a proposta de arcabouço fiscal do governo seja rapidamente aprovada pelo Congresso e o Ministério da Fazenda consiga avançar em medidas de recomposição de receitas até junho, "daria tempo para o mercado digerir e, talvez, abrir espaço para um corte na Selic" ainda no primeiro semestre.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187522>